



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90048/2026
(Lei 14.133/2021)

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO	UNIDADE GESTORA (UASG): 926495	
PROCESSO Nº: 2026/007373	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preços unitários	
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADA: NÃO		
ORÇAMENTO SIGILOSO: NÃO		
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto Estadual nº 62.867/2017		
OBJETO		
Contratação de empresa especializada para a execução de recuperação estrutural com intervenções nas juntas de dilatação da edificação e execução de reforma do sistema de drenagem do piso externo do pavimento térreo, no prédio do Fórum da Comarca de Dracena , situado à Rua Bolívia, nº 137, conforme projetos e documentação constantes nos Anexos e demais condições estabelecidas no Anexo A – Termo de Referência , parte integrante deste edital.		
PRAZOS		
DATA DO INÍCIO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:	A partir da divulgação no PNCP	
SESSÃO PÚBLICA		
LOCAL	DATA	HORA
www.compras.gov.br	20/ 05/2026	11:00

DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PARA CONSULTA

Os documentos listados no **ANEXO 1 – Quadro de Documentos** serão disponibilizados eletronicamente até 1 (um) dia útil antes da data de abertura da licitação, mediante solicitação a ser encaminhada ao e-mail licitacoes@tjsp.jus.br juntamente com o **ANEXO 13 – Termo de Recebimento e Confidencialidade**, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da licitante.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

O Edital está disponível no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), no **Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (<https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), e no Portal de Compras do Governo Federal – (www.compras.gov.br)

VISTORIA FACULTATIVA

No período de **07/05/2026 a 15/05/2026**, com agendamento prévio com a Supervisão de Serviço de Administração de Prédio relacionada no **subitem 6.1 do Anexo A**, e nos termos do item 4 deste edital.

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Provimento CSM nº 2.724/2023	https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357
Instrução Normativa nº 17/2025	https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240
Resolução CNJ nº 7/2005	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187
Resolução CNJ nº 9/2005	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189
Resolução CNJ nº 181/2013	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873
Resolução CNJ nº 229/2016	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300
Resolução CNJ nº 351/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557
Resolução CNJ nº 652/2025	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/6345

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, realizará licitação na modalidade “**PREGÃO**”, na forma “**ELETRÔNICA**”, critério de julgamento “**MENOR PREÇO**”, modo de disputa “**ABERTO**”, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2724/2023, desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nºs 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 351/2020 e 652/2025, além das regulamentações estaduais, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante para todos os fins de direito:

Anexo	Descrição
A	Termo de Referência
Anexo 1	Quadro de Documentos
Anexo 2	Planilha de Composição de Preços
Anexo 3	Composição do BDI
Anexo 4	Composição dos Encargos Sociais
Anexo 5	Modelo de Cronograma Físico-Financeiro
Anexo 6	Modelo de Declaração de Vistoria
Anexo 7	Modelo de Declaração de Ciência
Anexo 8	Modelo de Declaração de Responsabilidade
Anexo 9	Minuta de Carta de Encerramento
Anexo 10	Planilha Orçamentária Sintética
Anexo 11	Planilha Orçamentária Analítica
Anexo 12	Cronograma Físico-Financeiro
Anexo 13	Modelo de Termo de Recebimento e Confidencialidade
B	Declaração Unificada – Lei 14.133/2021
C	Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados
D	Minuta de Contrato a ser celebrado

1. DO OBJETO

- 1.1.** O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para a execução de recuperação estrutural com intervenções nas juntas de dilatação da edificação e execução de reforma do sistema de drenagem do piso externo do pavimento térreo,

no prédio do **Fórum da Comarca de Dracena**, situado à Rua Bolívia, nº 137, conforme projetos e documentação constantes nos Anexos e demais condições estabelecidas no **Anexo A - Termo de Referência**, parte integrante deste edital.

1.2. Catálogo de Serviços (CatSer):

- **1643** – Obras Civas de Recuperação Estrutural – injeções em trincas e fissuras de concreto

1.3. A licitação será realizada através do agrupamento que constitui um **LOTE ÚNICO**, conforme especificado no Termo de Referência (**Anexo "A"**), devendo o licitante oferecer proposta conforme Planilha de Composição de Preços (**Anexo 2**).

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no **item 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo apresentar a Declaração Unificada, conforme consta no modelo do **Anexo B**.

2.6. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

3.1.1. Aquela que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.1.2. Empresas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição.

3.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o que inclui:

3.1.3.1. impedimento para licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo;

3.1.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;

3.1.3.3. licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 3.1.4.** Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.1.5.** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- 3.1.6.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 3.1.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.1.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4. DA VISTORIA

- 4.1. A vistoria é facultativa**, conforme **item 5.4 do Anexo A**, e poderá ser realizada no período de 07/05/2026 a 15/05/2026, devendo os interessados em procedê-la AGENDAR previamente a data e o horário da visita com a respectiva Supervisão de Serviço de Administração de Prédio, indicada no **item 6.1 do Anexo A**.
- 4.1.1.** Caso seja realizada vistoria técnica, o setor responsável pela emissão do Atestado/Declaração de Vistoria deverá manter uma cópia em seu poder, do documento expedido ao licitante, conforme o modelo constante do **Anexo 6**.
- 4.1.2.** O interessado que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da

possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria que lhe havia sido facultada, conforme modelo constante do **Anexo 8**.

- 4.2.** A respectiva Supervisão de Serviço de Administração de Prédio, responsável pelo agendamento prévio da vistoria facultativa, deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

5. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

- 5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- 5.2.1. Em atendimento ao subitem 6.7.2 do edital, no encerramento da etapa de negociação, e antes da aceitabilidade do preço, será solicitado(a) pelo(a) Pregoeiro(a) à empresa que ofertou o menor lance:**

- 5.2.1.1.** indicação dos prazos de garantia, que não poderão ser inferiores aos solicitados no item 5.2 do **Anexo A**;

- 5.2.1.2.** os documentos relacionados nos subitens 9.5 a 9.8 do **Anexo A**.

- 5.3.** No cadastramento da proposta inicial, em campo próprio do sistema, deverão ser preenchidas as declarações exigidas dos licitantes.

- 5.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

- 5.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

- 5.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.5.3.** não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de se verificar a exceção especificada neste **item 5.5.3**, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.6.** A falsidade da declaração de que trata os **itens 5.3 a 5.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 5.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e,
- 5.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

- 5.10.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.10.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e,
 - 5.10.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.9** não terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação.
- 5.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.14.** Ao formular a proposta de preço, o licitante deverá indicar o **PREÇO GLOBAL CONTRATUAL** para os serviços solicitados no Termo de Referência e seus Anexos.
- 5.15.** Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.
- 5.16.** O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 5.17.** Os preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional e apurados com data vinculada, conforme o caput do artigo 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 5.18.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
- 5.19.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 5.20.** Na formulação da proposta de preços, o licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeita.

5.21. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.22. No momento a que se refere o **subitem 5.2.1**, deverão ser indicadas na proposta as seguintes informações do licitante e de todos os seus representantes:

5.22.1. Da empresa:

- a) Número do CNPJ;
- b) Razão Social;
- c) Endereço completo;
- d) Telefone(s) comercial;
- e) E-mail comercial; e,
- f) Dados bancários: Banco do Brasil S/A, agência e número da conta corrente.

5.22.2. Do(s) representante(s):

- a) Nº do CPF;
- b) Nome completo;
- c) e-mail;
- d) Telefone;
- e) Se é sócio administrador; e,
- f) Se é signatário do contrato.

5.23. As planilhas eletrônicas disponibilizadas no formato Excel no portal de licitações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Governo Federal são de uso facultativo. No entanto, o licitante deverá apresentar o cálculo de acordo com os **Anexos 2, 3, 4 e 5**, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Da abertura da sessão pública

6.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.2. Da formulação de lances

6.2.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.2.2. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL CONTRATUAL**.

6.2.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.2.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.2.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta do valor global deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

6.2.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.2.7. O modo de disputa adotado é o aberto, em razão disso, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.2.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.2.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 6.2.10.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.2.11.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.2.12.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.2.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.2.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.2.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.2.16.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.2.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.2.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.3. Das microempresas e empresas de pequeno porte

- 6.3.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

- 6.3.1.1.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.3.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.3.3.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.3.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.3.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.4. Do critério de desempate**
- 6.4.1.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.4.2.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.4.2.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 6.4.2.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.4.2.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.4.2.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 6.4.2.5.** persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
 - b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.4.2.6.** caso a situação de empate real não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, acima indicados, antes da fase de julgamento, o sistema Compras.gov irá realizar sorteio, de forma automática.

6.5. Da negociação

- 6.5.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.5.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.5.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.5.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.5.5. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.5.5.1. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 6.5.5**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.5.6. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.6. Da classificação das propostas

6.6.1. Serão desclassificadas as propostas que:

6.6.1.1. contiverem vícios insanáveis.

6.6.1.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus Anexos.

6.6.1.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.

6.6.1.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

6.6.1.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e de seus Anexos, desde que insanável.

6.6.2. Nos casos de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

- 6.6.3.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.6.4.** Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/21.
- 6.6.5.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.6.6.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 6.6.7.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios legais estabelecidos no **art. 60 da Lei 14.133/2021**.
- 6.6.8.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.7. Da aceitabilidade do preço

- 6.7.1.** A aceitabilidade da proposta será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a qual não poderá ser superior a **R\$ 300.829,58 (trezentos mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos)**.
- 6.7.2.** Para verificação de aceitabilidade, o licitante autor do menor preço deverá encaminhar as informações e a planilha de composição de preços (**Anexo 2**), solicitados no **item 5.2.1**, com valores adequados ao preço final ofertado, por meio eletrônico que vier a ser disponibilizado.
- 6.7.3.** O prazo para envio das informações e planilha de composição de preço será estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) mediante mensagem registrada no sistema.
- 6.7.4.** Na análise de viabilidade do preço proposto, o(a) Pregoeiro(a) considerará a planilha de composição de custos apresentada pela licitante, em que todos os valores serão avaliados em relação ao preço de mercado.

- 6.7.4.1.** Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, desde que não prejudiquem a isonomia ou a competitividade do certame e atendidas as demais condições de aceitabilidade.
- 6.7.4.2.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a isonomia ou a competitividade do certame, a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Dos documentos de habilitação jurídica:

- 7.1.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 7.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado, atualizado e documentação comprobatória dos(as) atuais administradores(as) ou dirigentes;
- 7.1.3.** No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus atuais administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- 7.1.4.** Ato constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 7.1.5.** No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 7.1.6.** Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. Dos documentos de qualificação técnico-operacional:

- 7.2.1.** Como documentos para Qualificação Técnica, deverão ser apresentados aqueles relacionados no item 13 do **Anexo A**.
- 7.2.2.** Os atestados relativos à qualificação técnico-profissional e operacional, poderão ser oriundos de entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 7.2.3.** Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito do objeto social especificado no contrato social vigente, devidamente registrado, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- 7.2.4.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 7.2.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 7.2.6.** É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou a sua Equipe de Apoio, promover diligências destinadas a averiguar a veracidade das informações constantes dos atestados.
- 7.2.7.** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- 7.2.7.1.** Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

7.2.7.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

7.2.7.2.1. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

7.3. Dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:

7.3.1. inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.3.2. inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.3. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários), da sede do licitante;

7.3.4. Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

7.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.4. Dos documentos de qualificação econômico-financeira:

7.4.1. A licitante deverá comprovar que possui boa situação financeira, considerando-se aquela que não esteja em regime falimentar e possua no último exercício social, de acordo com o **nível 1** de aferição previsto pela Instrução Normativa nº 17/2025 deste TJSP:

7.4.1.1. patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; e

7.4.1.2. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

7.4.2. A comprovação deverá ser feita mediante:

7.4.2.1. Apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado, já exigíveis e apresentados na forma das Leis nº 6.404/76, 10.406/02 e 8.934/1994, Decretos nº 1.800/1996 e 8.683/2016 e demais normas pertinentes, devidamente assinados(as) por contador(a) ou por profissional equivalente e pelo(a) representante legal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, e termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente autenticado.

7.4.2.1.1. O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em relação ao 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.4.2.1.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.4.2.2. A licitante que transmite a Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) poderá fazer a comprovação de autenticação mediante a apresentação do respectivo recibo de entrega.

7.4.2.3. Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade ou, embora regular, apresente índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) menores que 1 (um), poderá ser exigida declaração e memória de cálculo, assinada por profissional

habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos para contratação.

7.4.3. O cálculo dos indicadores relacionados no **item 7.4.1** poderá ser realizado com base na documentação contábil:

7.4.3.1. do último exercício social, no caso de a empresa ter sido constituída há menos de dois anos;

7.4.3.2. da abertura, no caso de a entidade interessada ter sido constituída no exercício financeiro da licitação ou no que a antecedeu, sendo que, no último caso, somente será admitida se porventura as demonstrações contábeis do exercício anterior não forem exigíveis nos termos da legislação e do marco temporal estabelecido no edital/contrato.

7.4.4. Deverá ser apresentada a certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

7.5. Outros documentos:

7.5.1. Declaração Unificada (Modelo do **Anexo B**).

7.6. Da autenticidade dos documentos:

7.6.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o(a) Agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

7.6.2. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

7.7. Do julgamento de habilitação

7.7.1. Os documentos previstos no Edital (e seus Anexos), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 7.7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021), conforme **Anexo B**.
- 7.7.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.7.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.7.6.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.7.6.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.7.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.7.7.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.7.8. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a).

7.7.8.1.1. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 7.7.8.1**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.7.9. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.7.9.1. Os documentos relativos à habilitação que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.7.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e,

7.7.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.7.11. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 7.7.12.** Na hipótese de ocorrerem indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, o licitante será inabilitado, mediante decisão motivada.
- 7.7.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o disposto no **subitem 7.7.8.1.1**.
- 7.7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.7.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.7.16.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados(as) pelo(a) Pregoeiro(a), deverão ser encaminhados ao Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), situado na Rua Direita, nº 250, 23º andar – Sé – São Paulo/SP – CEP: 01002-903.
- 7.7.17.** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarada vencedor do certame.
- 7.7.18.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.7.18.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, neste ato representada pelo(a) Pregoeiro(a), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.7.18.2. A sessão pública será suspensa pelo(a) Pregoeiro(a), por 5 (cinco) dias úteis, para que o licitante vencedor possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

7.7.18.3. Na retomada da sessão, o(a) Pregoeiro(a) decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista.

7.7.18.4. A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação de penalidades cabíveis.

7.7.19. Se a oferta não for aceitável, se o licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o licitante, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo licitante atenda às condições do Edital, caso em que será declarado(a) vencedor(a).

7.8. Considerações gerais

7.8.1. A declaração ou documentação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.

7.8.2. As certidões apresentadas serão consideradas válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, na hipótese de não constar prazo de validade no documento.

7.8.3. As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.

8. DO RECURSO

8.1. As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.compras.gov.br

8.1.1. Se houver a necessidade de apresentação de documentos, atinentes ao recurso ou às contrarrazões, poderá ser encaminhado ao e-mail: gpac@tjsp.jus.br.

- 8.1.2.** Os documentos que não puderem ser enviados por meio eletrônico, deverão ser apresentados mediante protocolo, no Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), sito na Rua Direita, nº 250 – 23º andar, São Paulo, nesta Capital, observados o prazo de 3 (três) dias úteis.
- 8.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação no sistema.
- 8.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.4.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 8.4.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação no sistema.
- 8.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 8.10.** Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo que os autos do processo, poderão ser solicitados por e-mail, no endereço: licitacoes@tjsp.jus.br.
- 8.11.** A falta da manifestação imediata do licitante, no prazo concedido, importará a decadência do direito de recurso e o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 8.12.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.

10. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 10.1.** Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 10.2.** A desconexão do sistema eletrônico com o(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, implicará:
- 10.2.1.** No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.2.2.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.3.** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

11. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

11.1. Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, através do **Portal TJSP** (*Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo* – <https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do certame.

11.1.1. Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações em qualquer outro e-mail ou link.

11.1.2. A impugnação e os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do **Portal TJSP**.

11.1.3. A resposta à impugnação ou a pedido de esclarecimento serão divulgados no **Portal TJSP** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.1.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.1.5. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para realização da licitação, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

12. DO CONTRATO

12.1. Dos prazos de assinatura

12.1.1. Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, o(a) vencedor(a) terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o Contrato e o **Anexo C** (Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados do Contrato), por meio de assinatura eletrônica, a serem disponibilizados no sítio do Tribunal de Justiça.

12.1.1.1. No caso de opção pelo seguro-garantia previsto no **item 15**, o vencedor(a) terá o prazo de **1 (um) mês** para a assinatura, ou **10 (dez) dias úteis** para outras modalidades de seguro.

- 12.1.1.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 12.1.1.3.** O(A) representante legal do licitante vencedor, legitimado(a) para firmar o ajuste, deverá possuir o certificado digital (e-CPF) válido.
- 12.1.1.4.** Na impossibilidade do contrato e o **Anexo C** serem assinados eletronicamente, por falha do sistema ou por motivo superveniente do Tribunal de Justiça, a licitante vencedora será convocada para assiná-los fisicamente.
- 12.1.1.5.** O licitante vencedor deverá informar no momento a que se refere o subitem 5.2.1 o e-mail do(a) representante legal para fins de assinatura do contrato e do **Anexo C**.
- 12.1.1.6.** A licitante deverá observar as determinações contidas nas alíneas "i" e "n" do **Anexo C**, através de contatos a serem mantidos com o(a) gestor(a) da contratação.
- 12.1.2.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 12.1.3.** Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 12.1.4.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será

considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.

- 12.1.5.** Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

12.1.5.1. Sicaf;

12.1.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

12.1.5.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

12.1.5.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

12.1.5.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

12.1.5.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

12.1.5.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

- 12.1.6.** A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.2. Do prazo de vigência

- 12.2.1.** O prazo de vigência do contrato será conforme subitem 2.3.1 do **Anexo A**.

12.2.2. O início da execução dos serviços será de acordo com o estabelecido no subitem 2.3.2 do **Anexo A**.

12.3. Do reajuste

12.3.1. O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **11/11/2025**, data do orçamento estimado (§ 7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/21), conforme item 15 do **Anexo A**.

12.4. Do equilíbrio econômico-financeiro

12.4.1 O Contratante terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

12.5. Do local de execução do objeto

12.5.1. O local para a execução dos serviços consta no **item 6.1** do **Anexo A**.

12.6. Do cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020

12.6.1 O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos dos arts. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020.

12.6.2 Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

12.6.2.1 Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

12.6.2.2 Nome da empresa contratada;

12.6.2.3 Descrição sucinta dos acontecimentos.

12.6.3 A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art 2º da Resolução CNJ nº

351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br.

12.6.4 A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557.

12.6.5 Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

12.7. Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados

12.7.1. Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (**Anexo C**).

12.8. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que :

12.8.1.1. sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

12.8.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

12.8.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

- 12.8.2.** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o **subitem 12.8** e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o **subitem 12.8.1**.

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 13.1.** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2724/2023.
- 13.2.** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no **Anexo A**.
- 13.3.** Na ausência de prazos no **Anexo A**, fica estabelecido que:
- 13.3.1.** o recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e,
- 13.3.2.** o recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 13.4.** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no **Anexo A**.
- 13.5.** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 13.6.** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.
- 13.7.** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a)** a qualidade do material e dos produtos empregados;
 - b)** a presteza no atendimento das solicitações da Administração; e,
 - c)** o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.

- 13.8.** Caso os serviços não sejam executados nas formas previstas nos **Anexos deste Edital**, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 14.1.** A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2724/2023, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 14.2.** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os(as) servidores(as) indicados(as) pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.
- 14.3.** Para efeito do disposto neste item, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 14.4.** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

15. DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

- 15.1.** A Contratada deverá apresentar garantia adicional nos termos do § 5º, do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia, quando a proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo TJSP, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.
- 15.2.** A garantia poderá ser nas seguintes modalidades:
- 15.2.1.** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de

custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

15.2.2. seguro-garantia;

15.2.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; e

15.2.4. título de capitalização: serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

15.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

15.4. O prazo para apresentação da garantia será de **1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia quando o contratado optar pela modalidade **seguro-garantia**.

15.4.1. O prazo para apresentação das demais modalidades de garantia será de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato.

15.5. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante o Contratante, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

15.5.1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

15.5.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

15.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **subitem 15.3**.

- 15.7.** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 15.8.** Na eventual prorrogação do contrato ou na ocorrência de acréscimos quantitativos e alterações de preços, inclusive reajuste, o valor da garantia será alterado proporcionalmente, cabendo à Contratada apresentar nova garantia ou complementá-la, nos termos do subitem anterior, no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo termo ou da notificação do apostilamento.
- 15.9.** Na hipótese de evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção, a Contratante exigirá sua regularização ou substituição que deverá ser providenciada pela Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação.
- 15.10.** A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazos previstos, a Contratada ficará sujeita às penalidades cabíveis.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1.** O prazo para pagamento será conforme previsto no **item 8.4**, observados os critérios de medição constantes dos subitens **7.3 e 5.2.4**, todos do **Anexo A**.
- 16.2.** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 16.3.** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 16.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as

quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.

16.5. O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.

16.5.1. Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **subitem 16.2**.

16.5.2. A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato.

16.5.3. As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **subitem 16.1** será interrompido.

16.5.4. A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.

16.6. Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.

16.6.1. Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br, NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br, Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.

16.6.2. No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.

- 16.7.** Conforme § 11, do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, a empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos arts. 121 e 122 (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 4º).
- 16.8.** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 16.9.** No primeiro faturamento, junto com a Nota Fiscal/fatura, a contratada estabelecida fora do município do(a) tomador(a) do serviço deverá apresentar, quando a legislação municipal exigir, o cadastro de empresa de que está estabelecido fora do município.
- 16.9.1.** No município de São Paulo o referido cadastro denomina-se CPOM – Cadastro de Empresas de Fora do Município.
- 16.10.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa 33903979 - Fonte 175930022.

17. DAS SANÇÕES

- 17.1.** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2724/2023.
- 17.2.** Na penalidade de multa, caso não esteja estipulada nos **Anexos** deste Edital, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 17.2.1.** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
- 17.2.2.** 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

17.2.3. 0,5% (cinco décimos por cento), por dia, sobre o valor do contrato, limitado a 5% (cinco por cento), no caso de atraso injustificado na apresentação, renovação, substituição ou complementação da garantia do contrato:

- a) O atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos na apresentação da garantia do contrato poderá acarretar a rescisão unilateral, sem prejuízo da multa prevista no **subitem 17.2.3** e demais cominações legais decorrentes da inexecução total do ajuste.
- b) Em caso de atraso injustificado na apresentação da complementação da garantia, a penalidade prevista no **subitem 17.2.3** poderá ser ponderada, hipótese em que será observada a proporcionalidade existente entre o valor do contrato pendente de cobertura por garantia e o valor do contrato já garantido.

17.2.4. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

17.2.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida.

17.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim.

17.2.7. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia ou execução de serviço de garantia em obra.

17.3. A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o

contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.

- 17.4.** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibida de licitar e contratar, através da Declaração de Inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.4.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do **subitem 17.3**, também sofrerão a sanção mencionada no **subitem 17.4**.

- 17.5.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021.
- 17.6.** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 17.7.** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.

- 17.8.** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.2.** Das sessões públicas de processamento da licitação será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio.
- 18.3.** Será mantido sigilo quanto a identidade dos licitantes, para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o(a) autor(a) da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 18.4.** O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP) e nos sítios eletrônicos www.tjsp.jus.br e www.compras.gov.br
- 18.5.** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa quando:
- 18.5.1.** A contratada venha a contratar empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros(as) ou juízes(as) vinculados(as) ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 18.5.2.** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou

parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos(as) magistrados(as) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores(as) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

18.5.3. A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os(as) magistrados(as) e servidores(as) geradores(as) de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

18.5.4. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado(a) ou servidor(a) não abrangido(a) pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

19. DO FORO

19.1. Para dirimir as questões oriundas deste Edital, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

São Paulo, data registrada no sistema.

Eliana Bontansa
Coordenadora de Licitações e Compras
SAAB 5.1

Rodnei Pinto Fernandes
Diretor de Licitações e Suprimentos
SAAB 5

Pregão Eletrônico nº 90048/2026

		FOLHAS
ANEXO A	– TERMO DE REFERÊNCIA	44 a 69
ANEXO 1	– QUADRO DE DOCUMENTOS	70
ANEXO 2	– PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (1)	71 a 73
ANEXO 3	– COMPOSIÇÃO DO BDI (1)	74
ANEXO 4	– COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS (1)	75
ANEXO 5	– MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (1)	76
ANEXO 6	– MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA	77
ANEXO 7	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA	78
ANEXO 8	MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	79
ANEXO 9	MINUTA DE CARTA DE ENCERRAMENTO	80
ANEXO 10	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA	81 a 82
ANEXO 11	– PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA	83 a 90
ANEXO 12	– CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	91
ANEXO 13	MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO E CONFIDENCIALIDADE	92
ANEXO B	– DECLARAÇÃO UNIFICADA – LEI 14.133/2021	93 a 94
ANEXO C	– TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS	95 a 97
ANEXO D	– MINUTA DE CONTRATO A SER CELEBRADO	98 a 114

(1) Observação: Ver subitem 5.23 do Edital

ANEXO “A”

TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei 14.133/2021)

Licitação

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução de recuperação estrutural com intervenções nas juntas de dilatação da edificação e execução de reforma do sistema de drenagem do piso externo do pavimento térreo, no prédio do Fórum de Comarca de Dracena, situado à Rua Bolívia, nº 137.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

Contratação de empresa para prestação de serviços de reparos, adequações pontuais e pequenos serviços de engenharia.

2.1. NATUREZA DO OBJETO

2.1.1. Trata-se de contratação de serviços comuns de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

2.2. QUANTITATIVO

2.2.1. Os quantitativos da presente contratação estão apresentados no **Anexo 2** deste Termo de Referência.

2.3. PRAZO DO CONTRATO

2.3.1. O prazo de vigência do contrato será de 235 (duzentos e trinta e cinco) dias corridos, a contar da assinatura do contrato pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos da legislação em vigor.

2.3.2. O prazo de execução dos serviços, objeto desta contratação, será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços pelo Contratante.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar, que será publicado juntamente com o Edital de Licitação, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. SOLUÇÃO APRESENTADA

- 4.1.1.** A solução proposta consiste na execução de intervenções estruturais e de infraestrutura predial destinadas à recuperação das juntas de dilatação da edificação e à readequação do sistema de drenagem do piso externo do pavimento térreo. Trata-se da única alternativa tecnicamente viável, uma vez que os serviços demandados constituem procedimentos construtivos específicos, normatizados e sequenciais, cuja execução integral é imprescindível para restabelecer a funcionalidade, o desempenho e a durabilidade do edifício.
- 4.1.2.** No tocante às juntas de dilatação, será realizada a remoção dos elementos degradados, seguida do preparo das superfícies mediante limpeza mecânica e/ou hidrojateamento conforme a necessidade. Posteriormente, será efetuada a reinstalação de materiais elastoméricos compatíveis com as movimentações previstas no projeto estrutural, garantindo a capacidade de acomodação dos deslocamentos térmicos e estruturais. As etapas subsequentes compreenderão a recomposição dos elementos construtivos adjacentes, incluindo recuperação de pilares, regularização e selagem de fissuras, aplicação de graute de alta resistência, emassamento, recomposição de revestimentos cerâmicos e execução de pintura de acabamento, assegurando a integridade funcional e estética das áreas tratadas.
- 4.1.3.** Para a reforma do sistema de drenagem, a intervenção incluirá a demolição controlada do piso existente, escavação e abertura de valas conforme o traçado hidráulico projetado, implantação de tubulação em PVC de acordo com os diâmetros e classes de rigidez especificados, instalação de caixas de inspeção e caixas de passagem, execução de canaletas de escoamento superficial e posterior recomposição dos pisos com os materiais originais ou equivalentes tecnicamente superiores. Essa readequação visa eliminar pontos de alagamento, assegurar a condução eficiente das águas pluviais e prevenir infiltrações que potencializam patologias estruturais e danos às fundações.

- 4.1.4.** A adoção da solução ora apresentada se justifica pela sua aderência às melhores práticas da engenharia civil, pela compatibilidade com a estrutura existente e pela eficácia na mitigação das patologias identificadas, reduzindo o risco de agravamento de falhas estruturais e garantindo a estabilidade funcional do edifício.

4.2. SERVIÇOS NECESSÁRIOS

- 4.2.1.** Demolição técnica de pisos e revestimentos para acesso às áreas de intervenção;
- 4.2.2.** Escavação, conformação e compactação de valas para assentamento de tubulações;
- 4.2.3.** Assentamento de tubulações em PVC para drenagem pluvial, incluindo conexões e acessórios;
- 4.2.4.** Construção de caixas de passagem, inspeção e elementos de drenagem complementares;
- 4.2.5.** Execução de canaletas e sistemas de escoamento superficial;
- 4.2.6.** Remoção de materiais deteriorados das juntas de dilatação;
- 4.2.7.** Tratamento e limpeza de superfícies por métodos mecânicos ou químicos;
- 4.2.8.** Aplicação de graute em regiões que demandem recuperação ou reforço;
- 4.2.9.** Recuperação de pilares, lajes e alvenarias adjacentes às juntas;
- 4.2.10.** Reaplicação de revestimentos cerâmicos, massa de regularização e pintura final;
- 4.2.11.** Reconstrução e nivelamento dos pisos demolidos;
- 4.2.12.** Inspeção técnica, testes de funcionalidade e registro fotográfico das etapas executadas;
- 4.2.13.** Emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART;
- 4.2.14.** Entrega de relatório técnico consolidado, contendo descrição dos procedimentos, materiais empregados e conformidade normativa.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

5.1. SUSTENTABILIDADE

5.1.1. A CONTRATADA deverá:

- 5.1.1.1.** Obedecer à Lei n.º 12.300 de 16/03/2006 que institui a política estadual de resíduos sólidos e a Resolução CONAMA n.º 307 de 05/07/2002 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil.
- 5.1.1.2.** Empregar procedimentos de gestão que possibilitem a minimização da geração dos resíduos, sua reutilização, reciclagem ou, em último caso, disposição em áreas licenciadas para tal finalidade.
- 5.1.1.3.** Utilizar produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou manejo florestal aprovado por Órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, conforme disposto no Decreto n.º 49.674 de 06/06/2005. Os produtos e subprodutos citados deverão ser adquiridos de pessoas jurídicas que comercializar, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira, nos termos do Decreto n.º 53.047 de 02/06/2008.
- 5.1.1.4.** Abster-se de utilizar, nos termos do parágrafo 3º do artigo 3º da Lei n.º 12.684 de 2007, produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbestos ou outros minerais que, por ventura, o contenham acidentalmente em sua composição, tais como talco, vermiculita, pedra sabão, etc., obrigando-se, ainda, no caso de demolição ou substituição de materiais que contenham amianto em sua composição, a atender as normas técnicas de proteção e preservação da saúde do trabalhador e da comunidade.

5.2. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA

- 5.2.1.** A CONTRATADA, ao final do serviço, deverá fornecer à Coordenadoria Regional Administrativa Judiciária, o Termo de Garantia, contado do seu recebimento definitivo.
- 5.2.2.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a CONTRATADA, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela sua funcionalidade e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a CONTRATADA ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pelas substituições necessárias.
- 5.2.3.** Os equipamentos novos e/ou que foram objeto de intervenção nos serviços contratados deverão contar com garantia pelo prazo mínimo

de 1 (um) ano, a contar da data de recebimento definitivo, ficando a CONTRATADA responsável, as suas expensas, pela reparação, correção, ou substituição necessárias.

5.2.3.1. O prazo de garantia por 1 (um) ano está embasado no disposto na norma: ABNT NBR 17170/2022 – Edificações – Garantias – Prazos recomendados e diretrizes; a qual estabelece diretrizes, condições e prazos de garantias, tecnicamente recomendados, bem como, serve para os agentes envolvidos terem conhecimento de suas incumbências perante as garantias.

5.2.4. No que diz respeito às condições de recebimento, a última medição coincidirá com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, observando-se:

5.2.4.1. A soma dos valores das faturas emitidas até a última medição não poderá ser superior a 95% (noventa e cinco por cento) do valor global do contrato;

5.2.4.2. O saldo restante só poderá ser liberado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, não podendo seu valor ser inferior a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

5.3. SUPORTE TÉCNICO

5.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra especializada com profissionais qualificados(as) e treinados(as) para cada tipo de tarefa, sob a supervisão de engenheiro(a)(s) ou arquiteto(a)(s) habilitado(a)(s).

5.3.2. Todos(as) devem estar uniformizados(as) e portar crachá de identificação contendo foto, nome completo e número de registro.

5.3.3. Caberá à CONTRATADA, retirar imediatamente dos serviços, a seu critério ou por solicitação do CONTRATANTE, qualquer empregado(a) que venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica, substituindo-o(a) no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ou a critério da FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

5.3.4. Caberá à CONTRATADA elaborar, encaminhar e manter atualizada junto ao Serviço de Administração do Prédio, a relação de todos(as) os(as) funcionários(as) envolvidos(as) na execução dos serviços, inclusive engenheiros(as), arquitetos(as), contendo nome, RG e horário de trabalho.

5.3.5. Caberá a CONTRATADA designar representantes nos termos previstos neste Termo de Referência.

5.4. VISTORIA PRÉVIA

- 5.4.1. A vistoria na edificação é facultada aos interessados, mediante prévio agendamento no local.

6. RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Fórum da Comarca de Dracena
Endereço: Rua Bolívia, nº 137,
Jardim América – Dracena/SP
CEP: 17911-250 – Telefone: (18) 2137-1401

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

7.1. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

7.1.1. ADMINISTRAÇÃO:

- 7.1.1.1. Administração local.

7.1.2. CANTEIRO DE OBRA:

- 7.1.2.1. Placa de identificação da obra;
7.1.2.2. Locação de container.

7.1.3. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE APOIO E PROTEÇÃO:

- 7.1.3.1. Sinalização com fita zebra;
7.1.3.2. Montagem, desmontagem e locação de andaime.

7.1.4. DRENAGEM:

Tubulação

- 7.1.4.1. Escavação manual e reaterro manual de valas;
7.1.4.2. Fornecimento e execução de tubulação em PVC rígido;
7.1.4.3. Fornecimento e execução de canaleta meia-cana pré-moldada em concreto;
7.1.4.4. Pintura da tubulação.

Canaletas e Grelhas

- 7.1.4.5. Escavação manual e reaterro manual de valas;
- 7.1.4.6. Fornecimento e execução de tubulação em PVC rígido;
- 7.1.4.7. Execução de canaleta em concreto com suporte de cantoneira em aço galvanizado para instalação de grelha metálica;
- 7.1.4.8. Fornecimento e instalação de grelha em ferro fundido;
- 7.1.4.9. Fornecimento e instalação de grade para piso.

Caixas de passagem em alvenaria

- 7.1.4.10. Execução de caixas de passagem em alvenaria e tampa em concreto;
- 7.1.4.11. Impermeabilização;
- 7.1.4.12. Fornecimento e instalação de grelha em ferro fundido.

Civil

- 7.1.4.13. Demolição de revestimento de piso;
- 7.1.4.14. Execução de impermeabilização e regularização de piso;
- 7.1.4.15. Fornecimento e execução de revestimento em pedra ardósia;
- 7.1.4.16. Fornecimento e execução de piso em ladrilho hidráulico podotátil;
- 7.1.4.17. Execução de pintura no piso, em tinta acrílica.

7.1.5. ESTRUTURA:**Juntas de dilatação externas e internas**

- 7.1.5.1. Execução de corte para abertura de junta de dilatação e remoção de material antigo deteriorado;
- 7.1.5.2. Execução de camada de resina epoxídica para reforço das laterais;
- 7.1.5.3. Tratamento de junta serrada com elemento de neoprene colado.

Juntas de dilatação externas e internas

- 7.1.5.4. Execução de corte para abertura de junta de dilatação e remoção de material antigo deteriorado;
- 7.1.5.5. Execução de camada de resina epoxídica para reforço das laterais;

7.1.5.6. Tratamento de junta serrada com elemento de neoprene colado.

Acabamentos – Paredes internas e externas

7.1.5.7. Execução de chapisco;

7.1.5.8. Execução de massa única para recebimento de pintura;

7.1.5.9. Aplicação de fundo selador acrílico

7.1.5.10. Aplicação e lixamento de massa corrida;

7.1.5.11. Aplicação de pintura látex acrílica.

Acabamentos – Lajes

7.1.5.12. Execução de chapisco;

7.1.5.13. Execução de massa única para recebimento de pintura;

7.1.5.14. Aplicação de fundo selador acrílico

7.1.5.15. Aplicação e lixamento de massa corrida;

7.1.5.16. Aplicação de pintura látex acrílica.

Acabamentos – Pisos

7.1.5.17. Demolição de revestimento cerâmico, manual, sem reaproveitamento;

7.1.5.18. Regularização de piso;

7.1.5.19. Fornecimento e execução de revestimento cerâmico.

Recomposição – Pilar

7.1.5.20. Limpeza de superfície com escova de aço;

7.1.5.21. Fornecimento e aplicação de argamassa graute.

7.1.6. SERVIÇOS FINAIS:

7.1.6.1. Remoção de entulho com caçamba;

7.1.6.2. Limpeza final da obra.

7.1.7. DOCUMENTAÇÃO FINAL:

7.1.7.1. Teste de estanqueidade;

7.1.7.2. Fornecimento de “As Built”.

7.2. MÉTODO DE CONDUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.2.1. Durante a vigência do contrato, a Contratada deverá observar as seguintes exigências:

7.2.1.1. Designar o nome do(a) preposto(a) com poder para resolução de ocorrências durante a execução dos serviços. O(a) preposto(a) deverá manter atualizados todos os meios de contato: endereço, telefone/celular/WhatsApp, e-mail;

7.2.1.2. Realizar vistoria ao local dos serviços para verificar as condições da edificação, bem como agendar reunião com o Serviço de Administração do Prédio e a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, a fim de traçar o planejamento de execução dos serviços;

7.2.1.3. Estabelecer no local dos serviços o "Livro de Ordem", conforme a Resolução n.º 1.024, de 21/08/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, no qual serão registradas todas as ocorrências relevantes, tais como: serviços realizados, entrada e saída de materiais e equipamentos, eventuais anormalidades, fatores climáticos, quantidades de funcionários(as) e respectivas qualificações, além de jogo completo de todos os documentos técnicos;

7.2.1.4. Providenciar confecção e instalação da placa de identificação da contratação (placa dos serviços) que deverá ser executada de acordo com as exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da municipalidade e/ou estabelecidas no Memorial Descritivo;

7.2.1.5. Manter, durante a vigência contratual, as mesmas condições que propiciaram sua habilitação e qualificação no procedimento licitatório;

7.2.1.6. Estar ciente quanto às vedações impostas pelas Resoluções n.º 07/2005, n.º 09/2005, n.º 181/2013 e n.º 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que disciplinam o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário;

7.2.1.7. Responsabilizar-se pelo sigilo de todas as informações a que tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços;

7.2.1.8. Executar os serviços, sempre obedecendo a melhor técnica, para que venha a preencher satisfatoriamente as condições de utilização, eficiência e durabilidade;

7.2.1.9. Providenciar proteção adequada de mobiliário e equipamentos do

CONTRATANTE, sempre que necessário, visando à preservação dos mesmos durante a execução dos serviços contratados;

- 7.2.1.10.** Executar quaisquer serviços para garantir a proteção dos componentes elétricos e mecânicos contra os efeitos prejudiciais e perigosos de influências externas encontradas nas áreas de intervenção, por exemplo: queda de materiais ou corpos sólidos sobre esses componentes, entrada de água, bem como efeito de umidade, temperatura, corrosão, poluição atmosférica, radiação solar e ações da fauna e flora;
- 7.2.1.11.** Responder pela segurança dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos, de seus(suas) próprios(as) funcionários(as) e terceiros(as), bem como, eventuais danos patrimoniais ou extrapatrimoniais causados, adotando cuidados para a prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias;
- 7.2.1.12.** Responsabilizar-se pelo controle, supervisão e desenvolvimento dos trabalhos em andamento, arcando com todos os custos necessários à completa execução dos serviços abrangidos, tais como: encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais e os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos(as) profissionais;
- 7.2.1.13.** Refazer e/ou reparar qualquer trabalho inadequadamente executado, recusado pela FISCALIZAÇÃO, sem que isso represente custo adicional ao CONTRATANTE;
- 7.2.1.14.** Restaurar e/ou recuperar peças, estruturas, alvenarias, acabamentos, instalações e equipamentos que sejam afetados/danificados durante a execução dos serviços, conforme padrão existente;
- 7.2.1.15.** Restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos, sem custo adicional ao CONTRATANTE;
- 7.2.1.16.** Responsabilizar-se pela entrega e pelo recebimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, no endereço informado no item 6.1 deste Termo de Referência;
- 7.2.1.17.** Utilizar materiais de qualidade, de fácil disponibilidade no mercado e que atendam às Normas Técnicas e recomendações dos fabricantes quanto às utilizações e instalações;
- 7.2.1.18.** Responsabilizar-se pela guarda e vigilância dos materiais e

equipamentos necessários para execução dos serviços até o recebimento definitivo dos serviços;

- 7.2.1.19.** Estar ciente que as referências de marcas/fabricantes indicadas em memoriais descritivos e/ou especificações técnicas devem ser consideradas apenas como parâmetro para identificar o padrão do material desejado pelo CONTRATANTE, podendo ser empregados/fornecidos materiais similares que atendam às características técnicas solicitadas;
- 7.2.1.20.** Fornecer todos e quaisquer instrumentos de medição, monitoramento, gerenciamento, ferramental, equipamentos e materiais, necessários à execução dos serviços objeto do contrato. Esses itens deverão atender às especificações exigidas por norma. Poderão ser novos e/ou usados, desde que em boas condições e com a manutenção em dia;
- 7.2.1.21.** Comunicar e justificar à FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos trabalhos especificados;
- 7.2.1.22.** Comunicar durante o desenvolvimento dos serviços, caso haja alguma dificuldade que impossibilite tecnicamente a sua execução, apresentando solução alternativa, em até 03 (três) dias úteis, sem acréscimo ao valor contratado, a qual deverá ser previamente aprovada junto à FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE;
- 7.2.1.23.** Remanejar instalações existentes que se fizerem necessárias à execução dos serviços escopo desta contratação;
- 7.2.1.24.** Desenvolver e programar as tarefas de forma que não sejam criados obstáculos às atividades dos demais prestadores de serviço que estejam eventualmente trabalhando no prédio;
- 7.2.1.25.** Planejar a execução dos serviços a serem realizados nas dependências do prédio, de forma a não interferir ou prejudicar o expediente;
- 7.2.1.26.** Atentar para que eventuais movimentações de cargas e transportes horizontais e verticais de materiais diversos empregados nos serviços sejam realizados de forma a não danificar as instalações existentes e de acordo com as normas de segurança;
- 7.2.1.27.** Atentar para que eventuais demolições e/ou retiradas de concreto, alvenaria, divisórias (incluindo divisórias em vidro), revestimentos de parede e piso (incluindo piso elevado), forro, bancadas, impermeabilização, instalações elétricas, instalações

hidrossanitárias, equipamentos, sistemas, esquadrias, guarda-corpo, estrutura metálica, isolamento térmico e telhamento, executadas no decorrer dos serviços sejam realizadas de acordo com as normas de segurança, e de modo que não haja danos à estrutura da edificação.

7.2.1.28. A Contratada deverá fornecer ao Contratante, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, cópia autenticada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), nos termos dos da Resolução n.º 1.137/2023 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), nos termos da Resolução n.º 91/2014 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e do comprovante de recolhimento, com base no valor total do contrato, dos profissionais relacionados no subitem 13.1 os quais deverão ser mantidos em arquivo sob a responsabilidade do Serviço de Administração do prédio.

7.2.1.29. Caso o documento a que se refere o subitem 13.1 não seja originário do CREA de São Paulo, a Contratada deverá fornecer ao Contratante, em até 60 (sessenta) dias corridos a contar da celebração do contrato, original ou cópia autenticada da Certidão de Registro Profissional, devidamente registrada e/ou vistada no CREA de São Paulo, consoante Artigo 14 da Resolução nº 1.121 de 13 de dezembro de 2019 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

7.3. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.3.1. As medições serão mensais, contadas a partir da data de início dos serviços, exceto a última, que ocorrerá quando da conclusão dos serviços e seu recebimento por parte do CONTRATANTE, incluindo a entrega de toda a documentação exigida e listada no **ANEXO 9**, deste Termo de Referência.

7.3.1.1. A Contratada deverá apresentar a medição do serviço executado e dos materiais empregados, se houver, em até 10 (dez) dias corridos após a conclusão do serviço, servindo a mesma como fundamento da emissão da Nota Fiscal de cobrança, a ser emitida pela Contratada.

7.3.1.2. As medições mensais dos custos da administração local, cujos itens estão indicados na planilha de composição de preços, serão apuradas proporcionalmente à execução financeira mensal, conforme recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU, acórdãos n.ºs 2622/2013 e 2440/2014, ambos do Plenário.

7.3.1.3. Se a medição não for apresentada no prazo estabelecido, a

Contratada incorre automaticamente em mora, sendo passíveis as penalidades contratualmente cabíveis.

7.3.2. Somente serão medidos serviços claramente quantificáveis e 100% concluídos.

7.3.3. Na realização da medição, deverá ser fornecido pela Contratada:

7.3.3.1. Memória de Cálculo, descrevendo a quantificação dos serviços;

7.3.3.2. Boletim de medição, contendo todos os serviços, as quantidades e custos executados.

7.3.4. No caso da não aceitação da medição realizada, a Fiscalização devolverá à Contratada, para retificação e emissão de nova medição, com indicação dos itens a serem corrigidos ou esclarecidos.

7.3.4.1. A medição retificada deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da notificação da fiscalização.

7.3.4.2. Se porventura, na nova medição, se verificar que as pendências apontadas pela Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir da data estabelecida no subitem anterior.

7.4. MATERIAL SUCATEADO/ENTULHO

7.4.1. Todos os materiais sucateados resultantes dos serviços executados pela Contratada, **SEM EXCEÇÃO**, deverão ser removidos, às suas expensas, em prazo não superior a 05 (cinco) dias corridos, ressalvados os casos em que a Fiscalização e/ou Administração do Prédio manifeste interesse.

7.4.2. A remoção ocorrerá somente após prévio conhecimento e autorização do Serviço de Administração do prédio.

7.4.3. Quanto ao transporte e retirada de entulho:

7.4.3.1. A carga e o transporte horizontal e vertical dos materiais sucateados e entulhos deverão ser feitos de forma a não danificar as instalações existentes e em horário a ser determinado pela Administração do prédio;

7.4.3.2. A remoção e o transporte do entulho, deverão ser executados pela Contratada de acordo com as exigências da Municipalidade, devendo ser observadas normas e demais legislações afins no que diz respeito à disposição de resíduos, proteção ambiental etc.

7.5. DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO(A)

7.5.1. Antes do início dos serviços, a Contratada deverá designar o nome do(a)

preposto(a) com poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução dos serviços.

- 7.5.2.** O(a) preposto(a) deverá manter atualizados todos os meios de contato: endereço, telefone/celular/WhatsApp, e-mail.

7.6. HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.6.1.** Os serviços ora contratados deverão ser realizados de segunda à sexta-feira, das 7:00 às 19:00 horas sem, entretanto, causar interferências ou prejuízo ao expediente forense.
- 7.6.2.** Havendo necessidade, os serviços poderão ser realizados em horários alternativos (noturnos, feriados ou finais de semana), sem acréscimo ao orçamento original, e desde que cumpram as exigências prescritas nas regulamentações do município local e Norma Brasileira (NBR) 10.151/2000 no que tange aos dias permitidos para trabalho, horários e níveis de ruídos.
- 7.6.3.** Nesse caso, a CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE e ao Serviço de Administração do Prédio, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, com as devidas justificativas e aplicabilidade diante da legislação e normativas, para efeito de autorização e cumprimento de normas administrativas internas do CONTRATANTE.

7.7. PREVENÇÃO DE ACIDENTES

- 7.7.1.** Durante a execução dos serviços e durante todo o período de vigência do contrato, a Contratada deverá tomar as providências necessárias e ter ciência de que:
- 7.7.1.1.** Responderá e será responsável pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus(suas) funcionários(as) na realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.
- 7.7.1.2.** Será responsável pelo fornecimento aos(as) seus(suas) empregados(as) de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente, os quais deverão estar em perfeito estado de conservação, de modo a garantir totalmente a segurança do(da) usuário(a), bem como das pessoas ao redor.
- 7.7.1.3.** Deverá manter seus(suas) funcionários(as) devidamente

trajados(as), não sendo permitido o uso de roupas, calçados e acessórios inadequados às funções ou atividades que irão desempenhar.

7.7.1.4. Deverá fornecer também equipamentos de proteção individual (EPI) aos(as) funcionários(as) do Contratante responsáveis pela fiscalização dos serviços;

7.7.1.5. Deverá prever, instalar e manter cercas, barreiras, tapumes ou outra forma de sinalização, indicando a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir danos pessoais ou materiais.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

8.1. FISCALIZAÇÃO

8.1.1. Não obstante ao fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, o TJ-SP, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

8.1.2. Para efeito do disposto neste item, o Contratante registrará as deficiências porventura existentes na execução dos serviços e/ou inobservâncias dos aspectos de segurança envolvidos, comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

8.1.3. É vedado ao (à) gestor(a) ou fiscais do contrato:

8.1.3.1. Exercer poder de mando sobre os(as) empregados(as) da Contratada, reportando-se somente ao(a) preposto(a) e responsáveis por ela indicados;

8.1.3.2. Promover acertos verbais com a Contratada; e

8.1.3.3. Indicar pessoal para ser admitido pela Contratada, ainda que seja para prestar serviços em outro contrato ou outra empresa do mesmo grupo.

8.1.4. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com execução dos serviços deverão ser registradas pelo TJ-SP ou seus prepostos nos Livros de Ocorrências, produzindo esses registros os efeitos de direito.

8.1.5. Havendo necessidade de notificação à Empresa mediante descumprimento contratual que enseje a apuração de

responsabilidades para eventual aplicação de sanção, o TJ-SP irá determinar formalmente à contratada, a regularização com apresentação de prévia defesa, devidamente documentada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se outro não vier a ser estabelecido, devendo constar a precisa descrição do ato, fato ou conduta, mencionando a cláusula contratual descumprida e eventualmente a penalidade a ser aplicada.

8.2. PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO

8.2.1. O protocolo de comunicação entre o contratante e contratada, será por meio eletrônico e os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-se disposto no art. 183 da Lei n.º 14.133/2021.

8.2.1.1. Quando encaminhada ao e-mail indicado no contrato, considerar-se-á como data de início do prazo o primeiro dia útil seguinte ao envio da notificação eletrônica, independentemente de confirmação por parte da contratada.

8.2.1.2. A notificação eletrônica encaminhada por e-mail será considerada válida mediante aviso de notificação de entrega pelo servidor de e-mail do Tribunal de Justiça.

8.2.1.3. Quando utilizados outros meios de notificação, considerar-se-á como data de início do prazo o primeiro dia útil seguinte:

I - No caso de entrega pessoal ao representante legal ou preposto da contratada, a data da juntada do recibo ou da certidão de recusa nos autos do processo;

II - No caso de envio pelo correio, a data da juntada do aviso de recebimento nos autos do processo; e

III - No caso de disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico, a data da publicação.

8.3. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.3.1. Durante a execução do objeto contratual, os serviços que, a critério do TJ-SP, não apresentarem as condições estabelecidas no contrato serão rejeitados e caberá à CONTRATADA todos os ônus e encargos de reparação, que deverá se efetivar, no máximo, dentro do prazo para tanto estipulado pela fiscalização do TJ-SP.

8.3.2. Caso a reparação não seja efetivada até o limite de prazo acima estipulado, a CONTRATADA incorre automaticamente em mora, sendo passíveis as penalidades contratuais cabíveis.

- 8.3.3.** Nenhum serviço fora das especificações constantes do contrato será executado pela CONTRATADA, ainda que em caráter extraordinário, salvo com concordância expressa da autoridade competente do TJ-SP.
- 8.3.4.** O recebimento dos serviços será feito em duas etapas: Recebimento Provisório e Definitivo.
- 8.3.5.** Executado o serviço, estando o mesmo em condições de ser recebido, a CONTRATADA deverá comunicar ao TJ-SP por escrito, e dentro do prazo de execução contratual fixado no contrato, a fim de que seja realizada vistoria para fins de Recebimento Provisório.
- 8.3.5.1.** Se a comunicação não vier a ser feita nesse prazo, a CONTRATADA incorre automaticamente em mora, sendo, pois cabíveis as penalidades administrativas.
- 8.3.6.** Recebida pelo TJ-SP a comunicação da CONTRATADA, de conclusão dos serviços deverá ser anotada no Livro de Ocorrências a que alude o subitem 8.1.4, a fiscalização do TJ-SP juntamente com os técnicos da CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, vistoriarão os serviços realizados e lavrarão Termo de Verificação Circunstanciado no mesmo Livro de Ocorrências, após, o que será emitido é o Termo de Recebimento Provisório dos Serviços, desde que seja constatada a plena conformidade da execução do objeto contratado.
- 8.3.6.1.** Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de pendências, não será reconhecido efeito à comunicação referida no subitem 8.3.5, o que implicará na não emissão do Termo de Recebimento Provisório dos Serviços e na caracterização de atraso, caso ultrapassado o prazo de execução dos serviços.
- 8.3.7.** Os serviços que não apresentarem as condições estabelecidas no item anterior, mas cujas desconformidades sejam, a critério dos fiscais do TJ- SP, passíveis de reparação no prazo de observação de 90 (noventa) dias, serão rejeitados no Termo de Verificação Circunstanciado, porém, sem prejuízo da emissão do Termo de Recebimento Provisório dos Serviços com ressalvas, juntando-se à lista de pendências, hipóteses em que caberá à CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação, à qual deverá se efetivar dentro do prazo de até 15 (quinze) dias.
- 8.3.7.1.** Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas pela Fiscalização, a CONTRATADA efetuará, dentro do prazo fixado acima, por escrito, comunicação ao TJ-SP solicitando a realização de nova vistoria.

8.3.7.2. Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, o TJ-SP emitirá em até 5(cinco) dias comunicação à CONTRATADA apontando que todas as pendências foram sanadas, com vistas ao Recebimento Definitivo.

8.3.7.3. Se porventura, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

8.3.7.4. Havendo indicação de novas pendências, as correções deverão ser iniciadas imediatamente à comunicação e será concedido prazo, limitado a 15 (quinze) dias, a fim de se concluir as correções necessárias.

8.3.8. No caso de não Recebimento Provisório, a CONTRATADA deverá, no prazo fixado pelos fiscais do TJ-SP no Termo de Verificação Circunstanciado, tomar todas as providências para sanar os problemas ali apontados, e que determinaram o não recebimento sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3.9. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação dos serviços realizados, contado do Recebimento Provisório e desde que não haja qualquer pendência, a CONTRATADA poderá requerer o Recebimento Definitivo.

8.3.9.1. O Recebimento Definitivo só será concedido quando os serviços estiverem totalmente concluídos, em adequação aos termos contratuais.

8.3.10. Após a vistoria final e tendo o TJ-SP aprovado os serviços, considerando que o mesmo esteja em plena conformidade de execução com os termos contratuais, as partes assinarão o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, mediante apresentação do Termo de Garantia.

8.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.4.1. O pagamento pela execução dos serviços objeto desta contratação será feito por crédito em conta bancária, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento definitivo e ateste da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela Fiscalização emitidas em conformidade com as medições efetuadas.

8.4.2. Para o pagamento referente a conclusão dos serviços executados, o Termo de Recebimento Definitivo do serviço deverá ter sido emitido pelo Contratante.

8.4.3. Para o certame objeto deste Termo de Referência os códigos da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), definidos pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, recomendados, e que não são limitantes à contratação, mas apenas adotado para fins fiscais, serão os seguintes:

Código	Atividade
4120-4/00	Reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza já existentes.
4330-4/01	Impermeabilização em edifícios e outras obras de engenharia civil.
4330-4/99	Outras atividades de acabamento em edificações, não especificadas anteriormente.
4399-1/02	Montagem e desmontagem de plataformas de trabalho e andaimes, exceto o aluguel de andaimes e plataformas de trabalho.
7732-2/02	Aluguel de andaimes e plataformas de trabalho sem montagem e desmontagem.

8.5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório para aplicação das seguintes sanções aplicáveis de acordo com a gravidade da falta cometida:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar; e
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6. EXTINÇÃO DO CONTRATO

As possibilidades de extinção do contrato serão aquelas previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “h”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo tipo menor preço e modo de disputa aberto.

9.2. No julgamento das propostas levar-se-á em conta o critério de “Menor Preço Global”.

9.3. A proposta deverá incluir todos os custos operacionais incidentes nos serviços,

tais como: impostos, taxas, emolumentos, ensaios, testes, equipamentos, ferramentas, materiais, instrumentos, vistorias, medições, prospecções, avaliações, transportes, seguros, mão de obra com todos os seus insumos, inclusive adicional noturno, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.4. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto dos serviços, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na Planilha de Composição de Preços.

9.5. A planilha de composição de preços completa e integralmente preenchida contendo o custo unitário e total dos serviços acrescidos do BDI (Benefícios ou Bonificações de Despesas Indiretas) bem como os subtotais e valor total dos serviços, deverá ser apresentada conforme **Anexo 2**.

9.5.1. O preço total dos serviços deverá ser obtido por meio da soma dos itens, resultado da multiplicação das quantidades fornecidas pelos preços unitários propostos, arredondados em duas casas decimais.

9.6. A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes e custos indiretos, conforme previsto no artigo 19 da Resolução n.º 652/2025 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em valores nominais como também sob a forma percentual, deverá ser apresentada conforme **Anexo 3**.

9.6.1. A composição e o valor total do BDI, detalhando todos os seus componentes, sob a forma percentual deverá seguir a fórmula padrão constante do **Anexo 3**.

9.6.2. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto dos serviços, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na Planilha de Composição de Preços.

9.6.3. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

9.6.4. No cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS cotado no BDI, que deverá representar a alíquota devida ao fisco, não poderão ser incluídos o fornecimento de materiais para execução do serviço, conforme art. 7º, § 2º, inc. I (códigos 7.02 e 7.05), da Lei Complementar n.º 116/2003.

9.6.5. Na ausência de legislação municipal que arbitre o percentual dos materiais no custo dos serviços, caberá à licitante indicar o percentual

dos materiais utilizado para cálculo do ISS, observada a Planilha de Composição de Preços.

9.6.5.1. A utilização de percentual dos materiais superior ao custo efetivo não será objeto de revisão durante a execução do contrato.

9.6.6. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL, não deverão ser incluídos no BDI.

9.6.7. Empresa licitante sujeita ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deve apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos nos últimos 12 (doze) meses em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis n.º 10.637/2002 e n.º 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

9.6.8. Empresa licitante optante pelo Simples Nacional deve apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis às alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.6.9. A licitante/CONTRATADA é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

- a) Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- b) Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento.

9.6.10. Se o regime tributário da licitante implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da licitante nos últimos 12 (doze) meses, devendo o licitante ou CONTRATADA apresentar à Comissão/Pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

9.7. A Composição dos Encargos Sociais, detalhando todos os seus componentes sob a forma percentual, deverá ser apresentada conforme **Anexo 4**.

- 9.7.1.** A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae, etc.), conforme dispõe o art. 13, §3º, da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 9.8.** O Cronograma Físico-Financeiro em gráfico de Gantt, em conformidade com as etapas, prazos e valores apresentados na Planilha de Composição de Preços e de acordo com o prazo estabelecido, deverá ser apresentado conforme **ANEXO 5**.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para realização dos serviços é de R\$ 300.829,58 (trezentos mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

A adequação orçamentária está demonstrada no item 16.10 do Edital.

12. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO

Conforme definidos nos artigos 96 e 97 da Lei n.º 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia poderá ser exigida a garantia na modalidade seguro-garantia. Porém, a contratação em tela não apresenta complexidade e valor elevado, fatos que, se presentes, poderiam trazer eventual riscos ou prejuízos à Administração em razão da interrupção dos serviços. Ainda, no caso de descumprimento contratual a contratada estará sujeita às sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento, visto que a remuneração ocorre por itens 100% executados, mediante medições mensais. Assim, pode-se concluir, no presente caso que os riscos são baixos não necessitando de exigência de garantia contratual.

13. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 13.1.** A empresa deverá fornecer documentação técnica composta dos seguintes itens:
- 13.1.1.** Relação da equipe técnica cujo(s)(as) profissional(is) comprove(m) que faz(em) parte do quadro da empresa, para atuar como responsável(is) técnico(as) pela execução dos serviços, devendo, ainda, apresentar:
- 13.1.1.1.** Certidão(ões) de Registro, emitida pelo Conselho Regional de

Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, a que o(a)s mesmo(a)s estiver(em) vinculado(a)s, dentro de seu prazo de validade e que comprove(m) situação regular perante o(s) mesmo(s), quanto à sua formação em nível superior – engenheiro(a)/arquiteto(a) – com competência para desempenho em atividades da área **CIVIL**.

13.1.1.1.1. A comprovação do vínculo profissional com a Contratada poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado(a) ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo(a) que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, na data fixada para a apresentação das propostas.

13.1.2. Comprovação técnico-profissional, mediante a apresentação de Atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome de um dos responsáveis técnicos(as) mencionados no **subitem 13.1.1** acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), devidamente registrada(s) no CREA ou CAU, que comprove(m) sua capacitação técnica e experiência em serviços similares se comparados ao objeto desta contratação.

13.1.3. Original ou cópia autenticada de Declaração fornecida pela Diretoria de Serviço de Administração do Prédio, de forma a comprovar que vistoriou o local de execução dos serviços, com redação conforme **Anexo 6**, caso tenha sido realizada a vistoria.

13.1.4. Original ou cópia autenticada de Declaração de Ciência, com redação conforme **Anexo 7** deste Termo de Referência.

13.1.5. Original ou cópia de Declaração de Responsabilidade, com redação conforme **Anexo 8**, caso não tenha sido realizada a vistoria.

13.1.6. Planilha de Composição de Preços, conforme **Anexo 2** deste Termo de Referência.

13.2. Quanto a Qualificação de Capacidade Operacional: (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

13.2.1. Atestado(s) de capacidade operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, de forma comprovar experiência na execução de serviços com características e complexidade similares aos de maior relevância no objeto licitado, conforme descrito(s) abaixo:

a) Execução de serviços de recuperação estrutural em edificações com

área maior que 224m².

13.2.2. Para efeito de comprovação da capacidade operacional da licitante será admitido o somatório de atestados, sempre que a aptidão da licitante puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado.

13.2.3. Para facilitar a localização no atestado, destacar os itens que devem ser objeto de análise e julgamento da qualificação técnica.

14. MATRIZ DE ANÁLISE DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)

Realizada em aplicativo e materializada em expediente digital n.º 2022/129980.

15. REAJUSTE

15.1. O valor contratado poderá ser reajustado, a cada período de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, com base na variação mensal acumulada do IPOP/FIPE-IGE (Índice de Preços de Obras Públicas, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Índice Geral de Edificações), ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao mês de sua incidência.

15.2. Para apuração dos valores e saldos de serviços a serem reajustados, deverá ser observado o período de efetiva execução dos serviços.

16. NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Todos os serviços a serem realizados e os materiais e equipamentos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e legislações vigentes, em suas últimas revisões, tais como:

- a)** Normas de Segurança em Edificações, do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
- b)** Normas e Regulamentações de Saúde e Meio Ambiente;
- c)** Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- d)** Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- e)** Normas internacionais aplicáveis, em sua última edição, para os casos em que a ABNT for omissa;
- f)** Normas e Instruções das concessionárias de serviços públicos – Sabesp, Enel, Comgás, Telefônica etc.;
- g)** Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;
- h)** Portarias, Recomendações e Resoluções do Instituto Nacional de

Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO;

- i) Código de Obras e Edificações do Município da execução dos serviços;
- j) Normas e legislações sobre uso e acessibilidade do prédio por pessoas com deficiência;
- k) Especificações dos fabricantes, posturas técnicas, certificações e recomendações quanto à utilização dos materiais empregados, instalações e dos equipamentos e sistemas prediais;
- l) Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal, pertinentes à execução dos serviços ora contratados.

16.2. Essa relação de Normas não exime a CONTRATADA de aplicar demais normas que se façam necessárias aos trabalhos objetos deste Termo de Referência.

16.3. Deverão ser consideradas as versões mais atualizadas (em vigor) das Normas e manuais pertinentes ao escopo.

17. DEFINIÇÕES DE SIGLAS

Esta especificação técnica adotará as seguintes denominações:

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;
- CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
- CPOS – Companhia Paulista de Obras e Serviços;
- CDHU – Companhia Desenvolvimento Habitacional e Urbano
- CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- DETENTORA - Detentora da Ata de Registro de Preços;
- EPI – Equipamentos de Proteção Individual;
- EPC – Equipamento de Proteção Coletiva;
- E.T. – Especificação Técnica;
- GERENCIADOR DA ATA – Unidade Gerenciadora da Ata de Registro de Preços;
- O.S. – Ordem de Serviço;
- SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente;
- TJ-SP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou Coordenadoria Regional Administrativa Judiciária.

18. DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PARA CONSULTA

- 18.1.** Todos os detalhes relativos à execução dos serviços objeto desta contratação estão contidos no **ANEXO 1** – Quadro de Documentos deste Termo de Referência e nos seus Anexos.
- 18.2.** Esses documentos, devidamente listados no Quadro de Documentos ANEXO 1, serão disponibilizados eletronicamente até 1 (um) dia útil antes da data de abertura da licitação, mediante solicitação a ser encaminhada ao e-mail licitacoes@tjsp.jus.br juntamente com o Termo de Recebimento e Confidencialidade – **ANEXO 13**, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da licitante.
- 18.3.** Os Projetos e a Documentação Técnica não serão transmitidos por correio eletrônico.

19. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTA ESPECIFICAÇÃO:

- Anexo 1 – Quadro de Documentos;
- Anexo 2 – Planilha de Composição de Preços;
- Anexo 3 – Modelo de Composição de BDI;
- Anexo 4 – Modelo de Composição de Encargos Sociais;
- Anexo 5 – Modelo de Cronograma Físico-Financeiro;
- Anexo 6 – Declaração de Vistoria;
- Anexo 7 – Declaração de Ciência;
- Anexo 8 – Declaração de Responsabilidade;
- Anexo 9 – Minuta de Carta de Encerramento;
- Anexo 10 – Planilha Orçamentária Sintética;
- Anexo 11 – Planilha Orçamentária Analítica;
- Anexo 12 – Cronograma Físico-Financeiro;
- Anexo 13 – Modelo de Termo de Recebimento e Confidencialidade.

ANEXO 1

Quadro de Documentos

ARQUIVO	DOCUMENTO	REFERÊNCIA
PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS		
R05-006- P_PE_DRE_DES_001_R00	PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM IMPLANTAÇÃO	DRENAGEM
R05-006- P_PE_DRE_DES_002_R00	PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM ÁREA EXTERNA - PARTE 1/2	DRENAGEM
R05-006- P_PE_DRE_DES_003_R00	PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM ÁREA EXTERNA - PARTE 2/2	DRENAGEM
R05-006- P_PE_DRE_MDE_001_R00	MEMORIAL DESCRITIVO SISTEMAS DE DRENAGEM	DRENAGEM
05-141-01-019-MR_PE- EST_DES-001-A	PLANTA E CORTE COM INDICAÇÃO DE JUNTA DE DILATAÇÃO E DETALHE CONSTRUTIVO	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL
05-141-01-019-MR_PE- EST_MDE-001-A	MEMORIAL DESCRITIVO RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL

**ANEXO 2
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO
FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA**

Item	Referência de Preço	Código da Composição	Descrição	Unid.	Quantidade	VALOR UNITÁRIO SEM BDI (R\$)	VALOR UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR DO ITEM SEM BDI (R\$)
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
1.1	SINAPI/CDHU	CP-00.00.001	Administração local (* medições apuradas proporcionalmente à execução financeira mensal)	un*	1,00			
2			CANTEIRO DE OBRA					
2.1	SINAPI	CP-02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	2,30			
2.2	SINAPI/CDHU	CP-02.02.150	Locação de container tipo container de 13,80 m2	mês	3,00			
3			MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE APOIO E PROTEÇÃO					
3.1	SINAPI/SIURB	CP-00.00.002	Sinalização com fita zebra fixada em cone plástico, incluindo cone	m	300,00			
3.2	SINAPI/CDHU	CP-02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	m	9,00			
3.3	SINAPI	97064	Montagem E Desmontagem De Andaime Tubular Tipo "Torre" (Exclusive Andaime E Limpeza). Af_03/2024	m	36,00			
4			DRENAGEM					
4.1	SINAPI/CDHU	CP-46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	m	1,00			
4.2	SINAPI/CDHU	CP-46.05.020	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 100 mm, inclusive conexões	m	24,00			
4.3	SINAPI/CDHU	CP-46.05.040	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 150 mm, inclusive conexões	m	12,00			
4.4	SINAPI/CDHU	CP-46.05.050	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 200 mm, inclusive conexões	m	20,00			
4.5	SINAPI/CDHU	CP-46.05.060	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 250 mm, inclusive conexões	m	28,00			
4.6	SINAPI/CDHU	CP-46.05.070	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 300 mm, inclusive conexões	m	11,50			
4.7	SINAPI/CDHU	CP-46.05.090	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 400 mm, inclusive conexões	m	30,00			
4.8	SINAPI	CP-03.07.102	Pintura tubulação água potável	m²	96,40			
5			SERVIÇOS CIVIS					
5.1	SINAPI	CP-03.03.060	Demolição manual de revestimento em massa de piso	m2	449,48			
5.2	SINAPI	93358	Escavação Manual De Vala. Af_09/2024	m3	28,65			
5.3	SINAPI	93382	Reaterro Manual De Valas, Com Compactador De Solos De Percussão. Af_08/2023	m3	12,02			
5.4	SINAPI	CP-16.05.031	Canaleta de águas pluviais em concreto (20cm)	un	23,70			
5.5	SINAPI	94974	Concreto Magro Para Lastro, Traço 1:4,5:4,5 (Em Massa Seca De Cimento/ Areia Média/ Brita 1) - Preparo Manual. Af_05/2021	m3	0,47			
5.6	SINAPI	103670	Lançamento Com Uso De Baldes, Adensamento E Acabamento De Concreto Em Estruturas. Af_02/2022	m3	3,72			
5.7	SINAPI	CP-29.01.210	Cantoneira em aço galvanizado	kg	58,79			
5.8	SINAPI	102990	Canaleta Meia Cana Pré-Moldada De Concreto (D = 30 Cm) - Fornecimento E Instalação. Af_05/2025	m	41,80			
5.9	SINAPI/CDHU	CP-49.06.160	Gretha quadriculada em ferro fundido para caixas e canaletas	un	5,10			
5.10	SINAPI/CDHU	CP-24.03.680	Grade para piso eletrofundida, malha 30 x 100 mm, com barra 40 x 2 mm	m2	6,96			
5.11	SINAPI	101159	Alvenaria De Vedação De Blocos Cerâmicos Maciços De 5X10X20Cm (Espessura 10Cm) E Argamassa De Assentamento Com Preparo Em Betoneira. Af_05/2020	m2	30,32			
5.12	SINAPI	87879	Chapisco Aplicado Em Alvenarias E Estruturas De Concreto Internas, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Em Betoneira 400L. Af_10/2022	m2	60,64			
5.13	SINAPI	CP-11.18.040	Lastro de Pedra Britada	m3	0,25			
5.14	SINAPI	94964	Concreto Fck = 20Mpa, Traço 1:2,7:3 (Em Massa Seca De Cimento/ Areia Média/ Brita 1) - Preparo Mecânico Com Betoneira 400 L. Af_05/2021	m3	3,25			
5.15	SINAPI	CP-09.02.020	Forma plana em compensado para estrutura convencional	m2	18,69			
5.16	SINAPI	CP-10.01.020	Armadura em barra de aço CA=25 fyk= 250 Mpa	kg	65,39			
5.17	SINAPI	98562	Impermeabilização De Superfície Com Argamassa De Cimento E Areia, Com Aditivo Impermeabilizante, E = 1,5Cm. Af_09/2023	m2	60,64			
5.18	SINAPI/CDHU	CP-17.01.060	Regularização de piso com nata de cimento e branco	m	449,48			
5.19	SINAPI/CDHU	CP-19.03.260	Revestimento de pedra ardósia selecionada	m	224,74			
5.20	SINAPI/CDHU	CP-17.05.020	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck	m	11,24			
5.21	SINAPI/CDHU	CP-30.04.030	Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores (25x25x2,5cm), assentado com argamassa mista	m	18,00			
5.22	SINAPI	98562	Impermeabilização De Superfície Com Argamassa De Cimento E Areia, Com Aditivo Impermeabilizante, E = 1,5Cm. Af_09/2023	m2	449,48			
5.23	SINAPI	102491	Pintura De Piso Com Tinta Acrílica, Aplicação Manual, 2 Demãos, Incluso Fundo Preparador. Af_05/2021	m2	98,24			

**ANEXO 2
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO
FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA**

Item	Referência de Preço	Código da Composição	Descrição	Unid.	Quantidade	VALOR UNITÁRIO SEM BDI (R\$)	VALOR UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR DO ITEM SEM BDI (R\$)
5.24	CDHU	11.20.050	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	m	112,60			
5.25	SINAPI	CP-03.09.060	Remoção manual de junta de dilatação ou retração, inclusivo apoio	m	112,60			
5.26	SINAPI	CP-17.40.160	Fornecimento e aplicação de resina epóxi para reforço das laterais do corte de dilatação (1 demão)	m	112,60			
5.27	SINAPI	CP-98575	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2" (cobre)	m	112,60			
5.28	SINAPI	87893	Chapisco Aplicado Em Alvenaria (Sem Presença De Vãos) E Estruturas De Concreto De Fachada, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Manual. Af_10/2022	m2	10,48			
5.29	SINAPI	87878	Chapisco Aplicado Em Alvenarias E Estruturas De Concreto Internas, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Manual. Af_10/2022	m2	10,48			
5.30	SINAPI	87781	Emboço Ou Massa Única Em Argamassa Traço 1:2:8, Preparo Manual, Aplicada Manualmente Em Panos De Fachada Com Presença De Vãos, Espessura De 35 Mm. Af_08/2022	m2	10,48			
5.31	SINAPI	87529	Massa Única, Em Argamassa Traço 1:2:8, Preparo Mecânico, Aplicada Manualmente Em Paredes Internas De Ambientes Com Área Entre 5M² E 10M², E = 17,5Mm, Com Taliscas. Af_03/2024	m2	10,48			
5.32	SINAPI	88495	Emassamento Com Massa Látex, Aplicação Em Parede, Uma Demão, Lixamento Manual. Af_04/2023	m2	10,48			
5.33	SINAPI	96133	Aplicação Manual De Massa Acrílica Em Superfícies Externas De Sacada De Edifícios De Múltiplos Pavimentos, Duas Demãos. Af_03/2024	m2	10,48			
5.34	SINAPI	88485	Fundo Selador Acrílico, Aplicação Manual Em Parede, Uma Demão. Af_04/2023	m2	20,96			
5.35	SINAPI	88489	Pintura Látex Acrílica Premium, Aplicação Manual Em Paredes, Duas Demãos. Af_04/2023	m2	20,96			
5.36	SINAPI	87886	Chapisco Aplicado No Teto Ou Em Estrutura, Com Despenadeira Dentada. Argamassa Industrializada Com Preparo Manual. Af_10/2022	m2	2,88			
5.37	SINAPI	87292	Argamassa Traço 1:2:8 (Em Volume De Cimento, Cal E Areia Média Úmida) Para Emboço/Massa Única/Assentamento De Alvenaria De Vedação, Preparo Mecânico Com Betoneira 400 L. Af_08/2019	m3	2,88			
5.38	SINAPI	88496	Emassamento Com Massa Látex, Aplicação Em Teto, Duas Demãos, Lixamento Manual. Af_04/2023	m2	2,88			
5.39	SINAPI	88484	Fundo Selador Acrílico, Aplicação Manual Em Teto, Uma Demão. Af_04/2023	m2	2,88			
5.40	SINAPI	88488	Pintura Látex Acrílica Premium, Aplicação Manual Em Teto, Duas Demãos. Af_04/2023	m2	2,88			
5.41	SINAPI/CDHU	97633	Demolição De Revestimento Cerâmico, De Forma Manual, Sem Reaproveitamento. Af_09/2023	m2	4,90			
5.42	SINAPI/CDHU	CP-17.01.050	Regularização de piso com nata de cimento	m2	4,90			
5.43	SINAPI	87249	Revestimento Cerâmico Para Piso Com Placas Tipo Esmaltada De Dimensões 45X45 Cm Aplicada Em Ambientes De Área Menor Que 5 M2. Af_02/2023_Pe	m2	4,90			
5.44	SINAPI	CP-01.23.020	Limpeza de superfície com escova de aço	m2	0,18			
5.45	SINAPI/CDHU	CP-11.05.040	Argamassa Graute	m2	0,00675			
5.46	SINAPI	97914	Transporte Com Caminhão Basculante De 6 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Dmt Até 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af_07/2020	m3xkm	32,88			
6			SERVIÇOS FINAIS					
6.1	SINAPI/CDHU	CP-05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	m	5,00			
6.2	SINAPI/CDHU	CP-55.01.020	Limpeza final de obra	m	596,00			

ANEXO 2 PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA								
Item	Referência de Preço	Código da Composição	Descrição	Unid.	Quantidade	VALOR UNITÁRIO SEM BDI (R\$)	VALOR UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR DO ITEM SEM BDI (R\$)
7			DOCUMENTAÇÃO FINAL					
7.1	SINAPI	CP-00.00.003	Teste de estanqueidade	m	1,00			
7.2	SINAPI	CP-00.00.004	As Built formato A0	m	1,00			
						TOTAL SEM BDI		
						BDI		
						TOTAL COM BDI		

ANEXO 3		
COMPOSIÇÃO DO BDI		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
GRUPO A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS (AC)	
A-1	Administração Central	
	Total grupo A	
GRUPO B	TAXA DE RISCOS, SEGURO E GARANTIA	
B-1	Seguro (S) e Garantia (G)	
B-2	Riscos e imprevistos (R)	
B-3	Despesas financeiras (DF)	
	Total grupo B	
GRUPO C	TRIBUTOS (I)	
C-1	PIS	
C-2	COFINS	
C-3	ISS	
C-4	CPRB *	
	Total grupo C	
GRUPO D	LUCRO (L)	
D-1		
	Total grupo D	
	TOTAL DO BDI	
<p>* Lei nº 12.844/2013 que trata da desoneração da folha de pagamento, que instituiu a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), com alíquota de 4,5% sobre o faturamento para determinados segmentos da construção civil (Lei nº 12.546/2011), e a supressão do percentual relativo ao INSS da Composição dos Encargos Sociais.</p> <p>* No cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS cotado no BDI, que deverá representar a alíquota devida ao fisco, não poderão ser incluídos o fornecimento de materiais para execução do serviço, conforme art. 7º, § 2º, inc. I (códigos 7.02 e 7.05), da Lei Complementar nº 116/2003.</p> <p>* O licitante deverá indicar a alíquota do ISS do local onde a obra será executada, observada a legislação do município e percentual dos materiais no custo da obra.</p> <p>* Na ausência de legislação municipal que arbitre o percentual dos materiais no custo da obra, caberá à licitante indicar o percentual dos materiais utilizado para cálculo do ISS, observada a planilha de composição de custo</p>		
Memória - Alíquota média de ISS		
Tipo de Insumo	Preços Parciais	(%)
Serviços		
Materiais		
Total geral		
Abatimento de Materiais		
Lei Complementar nº 453 - Município de Dracena	ISS	
Fórmula: ISS x (1-% Mat.)	ISS calculado	
Referência: Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de obras Públicas - Tribunal de Contas da União		
<p>Fórmula adotada:</p> $BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$		
AC	Taxa de Administração Central	
S	Taxa de Seguros	
R	Taxa de Riscos	
G	Taxa de Garantias	
DF	Taxa de Despesas Financeiras	
L	Taxa de Lucro/Remuneração	
I	Taxa de incidência de Impostos (PIS, COFINS E ISS)	
Referência: Acórdão nº 2.622/2013 - TCU/Plenário -Critérios de aceitabilidade para lucros e despesas indiretas.		

**ANEXO 4**
COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

GRUPO A		%
A1	INSS	
A2	SESI	
A3	SENAI	
A4	INCRA	
A5	SEBRAE	
A6	Salário Educação	
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	
A8	FGTS	
A9	Seconci	
SUBTOTAL		
GRUPO B		%
B1	Repouso semanal remunerado	
B2	Feridos	
B3	Auxílio - Enfermidade	
B4	13º Salário	
B5	Licença Paternidade	
B6	Faltas justificadas	
B7	Dias de chuva	
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	
B9	Férias Gozadas	
B10	Salário Maternidade	
SUBTOTAL		
GRUPO C		%
C1	Aviso-prévio indenizado	
C2	Aviso-prévio trabalhado	
C3	Férias indenizadas	
C4	Depósito por despedida injusta	
C5	Indenização Adicional	
SUBTOTAL		
GRUPO D		%
D1	Reincidência de A sobre B	
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	
SUBTOTAL		
TOTAL DOS GRUPOS		
<p>* Caso a empresa estiver enquadrada na Lei nº 12.844/2013, que trata da desoneração da folha de pagamento, que instituiu a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), com alíquota de 3,6% sobre o faturamento para determinados segmentos da construção civil (Lei nº 12.546/2011), suprimir o percentual relativo ao INSS da Composição dos Encargos Sociais.</p>		



ANEXO 5

Modelo

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO								
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA								
Assunto: ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO								
Unidade: RAJ 05 – PRESIDENTE PRUDENTE								
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Preço Total com BDI	PERÍODO DE EXECUÇÃO (DIAS)					
			30		60		90	
			%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR
	FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA							
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
2	CANTEIRO DE OBRA							
3	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE APOIO E PROTEÇÃO							
4	DRENAGEM							
5	SERVIÇOS CIVIS							
6	SERVIÇOS FINAIS							
7	DOCUMENTAÇÃO FINAL							
	PERCENTUAL PARCIAL							
	PERCENTUAL ACUMULADO							
	TOTAL PARCIAL							

ANEXO 6

REFERÊNCIAS:

Modalidade: Pregão Eletrônico
N.º do Processo: 2026/007373
N.º do Pregão Eletrônico: 90048/2026
Tipo: Menor Preço
Data da Abertura das Propostas: 20/05/2026
Horário: 11:00h

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

(Em papel timbrado do CONTRATANTE)

CASO SEJA REALIZADA A VISTORIA NA EDIFICAÇÃO

Declaramos para fins da licitação acima referenciada que o(a) Sr(a). _____, R.G. nº _____, representante da empresa _____ (preencher com nome da empresa que realizou a vistoria), esteve nesta data, no Fórum da Comarca de Dracena, Rua Bolívia, nº 137, Jd. América - Dracena/SP, vistoriando a edificação/dependências para fins de elaboração de proposta visando a execução de recuperação estrutural.

Sem mais,

Local e data

Assinatura

Nome:

Cargo:

Matrícula:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO 7

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Rua Direita n.º 250
São Paulo - Capital

REFERÊNCIAS:

Modalidade: Pregão Eletrônico
N.º do Processo: 2026/007373
N.º do Pregão Eletrônico: 90048/2026
Tipo: Menor Preço
Data da Abertura das Propostas: 20/05/2026
Horário: 11:00h

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA
(Em papel timbrado da licitante)

CASO SEJA REALIZADA A VISTORIA DA EDIFICAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, concordar com todos os termos do Edital e seus Anexos, ter pleno conhecimento do local, da natureza e do escopo dos serviços, bem como de todas as condições e eventuais dificuldades para sua execução, não invocando nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo do perfeito atendimento das obrigações contratuais.

Sem mais,

Local e data

Representante Legal:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO 8

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Rua Direita n.º 250
São Paulo - Capital

REFERÊNCIAS:

Modalidade: Pregão Eletrônico
N.º do Processo: 2026/007373
N.º do Pregão Eletrônico: 90048/2026
Tipo: Menor Preço
Data da Abertura das Propostas: 20/05/2026
Horário: 11:00h

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
(Em papel timbrado da licitante)

CASO NÃO SEJA REALIZADA A VISTORIA DA EDIFICAÇÃO

Declaramos ter pleno e integral conhecimento das condições e circunstâncias do objeto da licitação e do local onde será prestado o serviço; e de assumirmos integralmente a responsabilidade por todos os danos e consequências cuja causa, principal ou acessória, seja a não realização da vistoria técnica pessoal, que não terá nenhum efeito de afastar ou mitigar as obrigações assumidas no contrato a ser celebrado.

Sem mais,

Local e data

Representante Legal

ANEXO 9

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo Rua
Direita n.º 250
São Paulo – Capital

REFERÊNCIAS:

Modalidade: Pregão Eletrônico
N.º do Processo: 2026/007373
N.º do Pregão Eletrônico: 90048/2026
Tipo: Menor Preço
Data da Abertura das Propostas: 20/05/2026
Horário: 11:00h

COMUNICAÇÃO DE ENCERRAMENTO DOS SERVIÇOS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS

(Em papel timbrado da CONTRATADA)

Pelo presente, comunicamos para os devidos fins que concluímos, nesta data, todos os serviços referentes a execução de recuperação estrutural, no Fórum da Comarca de Dracena, Rua Bolívia, nº 137 – Jd. América – Dracena/SP, estando à disposição para vistoria por parte do CONTRATANTE.

Encaminhamos, em anexo, a documentação a seguir relacionada:

- A. Original(is) ou cópia(s) de eventual(is) autorização(ões) necessária(s) para realização do que foi contratado como alvará(s) por exemplo.
- B. Eventuais aprovação(ões), pela(s) Concessionária(s) (energia, água, gás);
- C. Termos de garantia, memoriais, especificações técnicas etc., fornecidos em papel (formato A4, na língua portuguesa, em duas vias impressas) e mídias eletrônicas;
- D. Projeto “As built”, tendo como referência os Projetos de execução, em duas vias impressas e em mídia eletrônica em extensão DWG e PDF;
- E. Documentação específica referente ao sistema hidráulico relacionado(s) a seguir:
 - a) Laudo com resultado do teste de estanqueidade demonstrando o perfeito funcionamento do sistema.

Local e data

Assinatura Representante

Legal:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA								
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA						05-141-01-019-MR-PO-IPC-POS-001-A		
Assunto: RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL						Número do contrato: 000.171/2019		
Unidade: RAI 05 – PRESIDENTE PRUDENTE						Número do Processo: 2020/60868		
						Data de Emissão: 07/11/2025		
						Boletim SINAPI: setembro-25		
						Boletim CDHU: 199		
Item	Referência de Preço	Código da Composição	Descrição	Unid.	Quantidade	VALOR UNITÁRIO SEM BDI (R\$)	VALOR UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR DO ITEM SEM BDI (R\$)
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL					31.228,56
1.1	SINAPI/CDHU	CP-00.00.001	Administração local (* medições apuradas proporcionalmente à execução financeira mensal)	un*	1,00	31.228,56	39.035,70	31.228,56
2			CANTEIRO DE OBRA					6.212,86
2.1	SINAPI	CP-02.08.020	Placa de identificação para obra	m²	2,30	567,24	709,05	1.304,65
2.2	SINAPI/CDHU	CP-02.02.150	Locação de container tipo container de 13,80 m2	mês	3,00	1.636,07	2.045,09	4.908,21
3			MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE APOIO E PROTEÇÃO					1.995,51
3.1	SINAPI/SIURB	CP-00.00.002	Sinalização com fita zebrada fixada em cone plástico, incluindo cone	m	300,00	2,65	3,31	795,00
3.2	SINAPI/CDHU	CP-02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	m	9,00	30,43	38,04	273,87
3.3	SINAPI	97064	Montagem E Desmontagem De Andaime Tubular Tipo "Torre" (Excluído Andaime E Limpeza). Af_03/2024	m	36,00	25,74	32,18	926,64
4			DRENAGEM					32.816,02
4.1	SINAPI/CDHU	CP-46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	m	1,00	63,48	79,35	63,48
4.2	SINAPI/CDHU	CP-46.05.020	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 100 mm, inclusive conexões	m	24,00	50,35	62,94	1.208,40
4.3	SINAPI/CDHU	CP-46.05.040	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 150 mm, inclusive conexões	m	12,00	148,29	185,36	1.779,48
4.4	SINAPI/CDHU	CP-46.05.050	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 200 mm, inclusive conexões	m	20,00	131,92	164,90	2.638,40
4.5	SINAPI/CDHU	CP-46.05.060	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 250 mm, inclusive conexões	m	28,00	185,79	232,34	5.202,12
4.6	SINAPI/CDHU	CP-46.05.070	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 300 mm, inclusive conexões	m	11,50	272,06	340,08	3.128,69
4.7	SINAPI/CDHU	CP-46.05.090	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 400 mm, inclusive conexões	m	30,00	438,31	547,89	13.149,30
4.8	SINAPI	CP-03.07.102	Pintura tubulação água potável	m²	96,40	58,57	73,21	5.646,15
5			SERVIÇOS CIVIS					153.089,79
5.1	SINAPI	CP-03.03.060	Demolição manual de revestimento em massa de piso	m2	449,48	14,26	17,83	6.409,58
5.2	SINAPI	93358	Escavação Manual De Vala. Af_09/2024	m3	28,65	112,65	140,81	3.227,42
5.3	SINAPI	93382	Reaterro Manual De Valas, Com Compactador De Solos De Percussão. Af_08/2023	m3	12,02	28,52	35,65	342,81
5.4	SINAPI	CP-16.05.031	Canaleta de águas pluviais em concreto (20cm)	un	23,70	215,46	269,33	5.106,40
5.5	SINAPI	94974	Concreto Magro Para Lastro, Traço 1:4:5:4,5 (Em Massa Seca De Cimento/ Areia Média/ Brita 1) - Preparo Manual. Af_05/2021	m3	0,47	913,55	1.141,94	429,37
5.6	SINAPI	103670	Lançamento Com Uso De Baldes, Adensamento E Acabamento De Concreto Em Estruturas. Af_02/2022	m3	3,72	372,62	465,78	1.386,15
5.7	SINAPI	CP-29.01.210	Cantoneira em aço galvanizado	kg	58,79	30,88	38,60	1.815,44
5.8	SINAPI	102990	Canaleta Meia Cana Pré-Moldada De Concreto (D = 30 Cm) - Fornecimento E Instalação. Af_05/2025	m	41,80	53,21	66,51	2.224,18
5.9	SINAPI/CDHU	CP-49.06.160	Grelha quadrícula em ferro fundido para caixas e canaletas	un	5,10	1.243,02	1.553,78	6.339,40
5.10	SINAPI/CDHU	CP-24.03.680	Grade para piso eletrofundida, malha 30 x 100 mm, com barra 40 x 2 mm	m2	6,96	894,85	1.118,56	6.228,16
5.11	SINAPI	101159	Alvenaria De Vedação De Blocos Cerâmicos Maciços De 5X10X20cm (Espessura 10cm) E Argamassa De Assentamento Com Preparo Em Betoneira. Af_05/2020	m2	30,32	147,26	184,08	4.464,92
5.12	SINAPI	87879	Chapisco Aplicado Em Alvenarias E Estruturas De Concreto Internas, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Em Betoneira 400L. Af_19/2022	m2	60,64	4,78	5,98	289,86
5.13	SINAPI	CP-11.18.040	Lastro de Pedra Britada	m3	0,25	136,12	170,15	34,03
5.14	SINAPI	94964	Concreto Fck = 20Mpa, Traço 1:2,7:3 (Em Massa Seca De Cimento/ Areia Média/ Brita 1) - Preparo Mecânico Com Betoneira 400L. Af_05/2021	m3	3,25	440,69	550,86	1.432,24
5.15	SINAPI	CP-09.02.020	Forma plana em compensado para estrutura convencional	m2	18,69	146,50	183,13	2.738,09
5.16	SINAPI	CP-10.01.020	Armadura em barra de aço CA-25 fyk= 250 Mpa	kg	65,39	11,77	14,71	769,64
5.17	SINAPI	98562	Impermeabilização De Superfície Com Argamassa De Cimento E Areia, Com Aditivo Impermeabilizante, E = 1,5Cm. Af_09/2023	m2	60,64	23,80	29,75	1.443,23
5.18	SINAPI/CDHU	CP-17.01.060	Regularização de piso com nata de cimento e branco	m	449,48	41,41	51,76	18.612,97
5.19	SINAPI/CDHU	CP-19.03.260	Revestimento de pedra ardósia selecionada	m	224,74	89,31	111,64	20.071,53
5.20	SINAPI/CDHU	CP-17.05.020	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck	m	11,24	942,29	1.177,86	10.591,34
5.21	SINAPI/CDHU	CP-30.04.030	Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores (25x25x2,5cm), assentado com argamassa mista	m	18,00	141,32	176,65	2.543,76
5.22	SINAPI	98562	Impermeabilização De Superfície Com Argamassa De Cimento E Areia, Com Aditivo Impermeabilizante, E = 1,5Cm. Af_09/2023	m2	449,48	54,91	68,64	24.680,95
5.23	SINAPI	102491	Pintura De Piso Com Tinta Acrílica, Aplicação Manual, 2 Demãos, Incluso Fundo Preparador. Af_05/2021	m2	98,24	24,13	30,16	2.370,53
5.24	CDHU	11.20.050	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	m	112,60	11,72	14,65	1.319,67
5.25	SINAPI	CP-03.09.060	Remoção manual de junta de dilatação ou retração, inclusivo apoio	m	112,60	15,32	19,15	1.725,08
5.26	SINAPI	CP-17.40.160	Fornecimento e aplicação de resina epóxi para reforço das laterais do corte de dilatação (1 demão)	m	112,60	45,66	57,08	5.141,32

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA								
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA			Número do contrato: 000.171/2019					
Assunto: RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL			Número do Processo: 2020/60868					
Unidade: RAI 05 – PRESIDENTE PRUDENTE			Data de Emissão: 07/11/2025					
			Boletim SINAPI: setembro-25					
			Boletim CDHU: 199					
Item	Referência de Preço	Código da Composição	Descrição	Unid.	Quantidade	VALOR UNITÁRIO SEM BDI (R\$)	VALOR UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR DO ITEM SEM BDI (R\$)
5.27	SINAPI	CP-98575	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2" (cobre)	m	112,60	166,05	207,56	18.697,23
5.28	SINAPI	87893	Chapisco Aplicado em Alvenaria (Sem Presença De Vãos) E Estruturas De Concreto De Fachada, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Manual. Af_10/2022	m2	10,48	8,36	10,45	87,61
5.29	SINAPI	87878	Chapisco Aplicado Em Alvenarias E Estruturas De Concreto Internas, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Manual. Af_10/2022	m2	10,48	5,42	6,78	56,80
5.30	SINAPI	87781	Emboço Ou Massa Única Em Argamassa Traço 1:2:8, Preparo Manual, Aplicada Manualmente Em Pisos De Fachada Com Presença De Vãos, Espessura De 35 Mm. Af_08/2022	m2	10,48	4,93	6,16	51,67
5.31	SINAPI	87529	Massa Única, Em Argamassa Traço 1:2:8, Preparo Mecânico, Aplicada Manualmente Em Paredes Internas De Ambientes Com Área Entre 5M² E 10M², E = 17,5Mm, Com Taliscas. Af_03/2024	m2	10,48	39,06	48,83	409,35
5.32	SINAPI	88495	Emassamento Com Massa Lítex, Aplicação Em Parede, Uma Demão, Lixamento Manual. Af_04/2023	m2	10,48	14,73	18,41	154,37
5.33	SINAPI	96133	Aplicação Manual De Massa Acrílica Em Superfícies Externas De Sacada De Edifícios De Múltiplos Pavimentos, Duas Demãos. Af_03/2024	m2	10,48	41,43	51,79	434,19
5.34	SINAPI	88485	Fundo Selador Acrílico, Aplicação Manual Em Parede, Uma Demão. Af_04/2023	m2	20,96	3,67	4,59	76,92
5.35	SINAPI	88489	Pintura Látex Acrílica Premium, Aplicação Manual Em Paredes, Duas Demãos. Af_04/2023	m2	20,96	9,48	11,85	198,70
5.36	SINAPI	87886	Chapisco Aplicado No Teto Ou Em Estrutura, Com Desempenadeira Dentada. Argamassa Industrializada Com Preparo Manual. Af_10/2022	m2	2,88	18,21	22,76	52,44
5.37	SINAPI	87292	Argamassa Traço 1:2:8 (Em Volume De Cimento, Cal E Areia Média Úmida) Para Emboço/Massa Única/Assentamento De Alvenaria De Vedação, Preparo Mecânico Com Betoneira 400 L. Af_08/2019	m3	2,88	60,41	75,51	173,98
5.38	SINAPI	88496	Emassamento Com Massa Lítex, Aplicação Em Teto, Duas Demãos, Lixamento Manual. Af_04/2023	m2	2,88	36,48	45,60	105,06
5.39	SINAPI	88484	Fundo Selador Acrílico, Aplicação Manual Em Teto, Uma Demão. Af_04/2023	m2	2,88	4,23	5,29	12,18
5.40	SINAPI	88488	Pintura Látex Acrílica Premium, Aplicação Manual Em Teto, Duas Demãos. Af_04/2023	m2	2,88	21,67	27,09	62,41
5.41	SINAPI/CDHU	97633	Demolição De Revestimento Cerâmico, De Forma Manual, Sem Reaproveitamento. Af_09/2023	m2	4,90	28,85	36,06	141,37
5.42	SINAPI/CDHU	CP-17.01.050	Regularização de piso com nata de cimento	m2	4,90	36,86	46,08	180,61
5.43	SINAPI	87249	Revestimento Cerâmico Para Piso Com Placas Tipo Esmaltada De Dimensões 45X45 Cm Aplicada Em Ambientes De Área Menor Que 5 M2. Af_02/2023_Pe	m2	4,90	71,34	89,18	349,57
5.44	SINAPI	CP-01.23.020	Limpeza de superfície com escova de aço	m2	0,18	9,87	12,34	1,78
5.45	SINAPI/CDHU	CP-11.05.040	Argamassa Graute	m2	0,00675	388,56	485,70	2,62
5.46	SINAPI	97914	Transporte Com Caminhão Basculante De 6 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Dmt Até 30 Km (Unidade: M3Xkm). Af_07/2020	m3xkm	32,88	3,13	3,91	102,91
6			SERVIÇOS FINAIS					12.583,81
6.1	SINAPI/CDHU	CP-05.07.050	Remoção de entulho de obra com canga metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	m	5,00	137,53	171,91	687,65
6.2	SINAPI/CDHU	CP-55.01.020	Limpeza final de obra	m	596,00	19,96	24,95	11.896,16
7			DOCUMENTAÇÃO FINAL					2.737,11
7.1	SINAPI	CP-00.00.003	Teste de estanqueidade	m	1,00	1.913,52	2.391,90	1.913,52
7.2	SINAPI	CP-00.00.004	As Built formato A0	m	1,00	823,59	1.029,49	823,59
TOTAL SEM BDI								240.663,66
BDI								25,00%
TOTAL COM BDI								300.823,58
FABIO OLIVEIRA SANTOS ENGENHEIRO CIVIL CREA-SP 5063178387-SP ART Nº 2620251114650								

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA									
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA						08-259-02-009-MR-PO-IPC-POA-001-A			
Assunto: ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO						Número do contrato: 000.171/2019			
Unidade: RAJ 05 – PRESIDENTE PRUDENTE						Número do Processo: 2020/60868			
						Data de Emissão: 07/11/2025			
						Boletim SINAPI: setembro-25			
						Boletim CDHU: 199			
Item	Referência Composição	Código	Descrição	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário (R\$)	Coef x Custo unitário (R\$)	Quantidade	Custo Total sem BDI (R\$)
1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL									
1.1	COMPOSIÇÃO	CP-00.00.001	Administração local (* medições apuradas proporcionalmente à execução financeira mensal)	un*			31.228,56	1,00	31.228,56
	SINAPI	90778	Engenheiro civil de obra pleno com encargos complementares	H	72,000	118,94	8.563,68		
	SINAPI	90776	Encarregado geral com encargos complementares	H	504,000	44,97	22.664,88		
2 CANTEIRO DE OBRA									
2.1	CDHU 02.08.020	CP-02.08.020	Placa de identificação para obra	m²			567,24	2,30	1.304,65
	SINAPI	88262	Carpinteiro de formas com encargos complementares	H	1,9100	32,31	61,71		
	SINAPI	88239	Ajudante de carpinteiro com encargos complementares	H	2,2700	30,47	69,17		
	SINAPI	4813	Placa de obra (para construção civil) em chapa galvanizada *n. 22*, adesivada, de 2,4 x 1,2* m (sem postes para fixação)	M2	1,0000	400,00	400,00		
	SINAPI	370	Areia média - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	M3	0,0209	85,00	1,78		
	SINAPI	1379	Cimento portland composto cp ii-32	KG	9,0600	0,64	5,80		
	SINAPI	4491	Pontalete *7,5 x 7,5* cm em pinus, mista ou equivalente da região - bruta	M	3,2600	8,14	26,54		
	SINAPI	5061	Prego de aço polido com cabeça 18 x 27 (2 1/2 x 10)	KG	0,2000	11,25	2,25		
2.2	CDHU 02.02.150	CP-02.02.150	Locação de container tipo container de 13,80 m2	mês			1.636,07	3,00	4.908,21
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	1,3200	28,52	37,65		
	SINAPI	88264	Eletricista com encargos complementares	H	0,9900	40,84	40,43		
	SINAPI	88247	Auxiliar de eletricista com encargos complementares	H	1,3200	31,21	41,20		
	SINAPI	88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,9900	36,75	36,38		
	SINAPI	88248	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	1,3200	30,11	39,75		
	CDHU	A.12.000.021100	Container escritório com WC, em aço galvanizado, piso compensado naval (escritório), 1 vaso sanitário, 1 lavatório, 1 ponto para chuveiro, piso impermeável e antiderrapante (WC)	UNMES	1,0000	1.440,67	1.440,67		
3 MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE APOIO E PROTEÇÃO									
3.1	COMPOSIÇÃO	CP-00.00.002	Sinalização com fita zebraada fixada em cone plástico, incluindo cone	m			2,65	300,00	795,00
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0020	28,52	0,06		
	SINAPI	34498	Cone de sinalização em pvc flexível, h = 70 / 76 cm (nbr 15071)	UN	0,0219	112,72	2,47		
	SIURB	M0054	Fita zebraada de cor laranja e branca - L = 7 a 8 CM	m	1,5000	0,08	0,12		
3.2	COMPOSIÇÃO	CP-02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	m			30,43	9,00	273,87
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,2400	28,52	6,84		
	CDHU	S.04.000.021093	Locação de andaime torre metálico (1,5x1,5m), com piso metálico	MXMES	1,0000	23,59	23,59		
3.3	COMPOSIÇÃO	97064	Montagem E Desmontagem De Andaime Tubular Tipo "Torre" (Exclusive Andaime E Limpeza). Af_03/2024	m			25,74	36,00	926,64
	SINAPI	88278	Montador de estrutura metálica com encargos complementares	H	0,5000	31,76	15,88		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,1000	28,52	2,85		
	SINAPI	100251	Transporte horizontal manual, de tubo de aço carbono leve ou médio, preto ou galvanizado, com diâmetro maior que 32 mm e menor ou igual a 65 mm (unidade: mxkm). Af_07/2019	MXKM	0,4020	17,44	7,01		

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA									
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA						08-259-02-009-MR-PO-IPC-POA-001-A			
Assunto: ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO						Número do contrato: 000.171/2019			
Unidade: RAJ 05 – PRESIDENTE PRUDENTE						Número do Processo: 2020/60868			
						Data de Emissão: 07/11/2025			
						Boletim SINAPI: setembro-25			
						Boletim CDHU: 199			
Item	Referência Composição	Código	Descrição	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário (R\$)	Coef x Custo unitário (R\$)	Quantidade	Custo Total sem BDI (R\$)
4 DRENAGEM									
4.1	CDHU 04.09.160	CP-46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	m			63,48	1,00	63,48
	SINAPI	88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,6000	36,75	22,05		
	SINAPI	88248	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,6000	30,11	18,07		
	CDHU	0.02.000.062558	Tubo de PVC rígido PxB com virola, linha esgoto série reforçada 'K', DN= 50mm	M	1,4000	14,56	20,38		
	SINAPI	296	Anel borracha para tubo esgoto predial, dn 50 mm (nBr 5688)	UN	1,0000	1,60	1,60		
	SINAPI	20083	Solução preparadora / limpadora para pvc, frasco com 1000 cm3	UN	0,0110	68,86	0,76		
	SINAPI	20078	Pasta lubrificante para tubos e conexões com junta elastica, embalagem de "400" gr (uso em pvc, aco, polietileno e outros)	UN	0,0250	25,08	0,63		
4.2	CDHU 43.35.050	CP-46.05.020	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 100 mm, inclusive conexões	m	0,0250		50,35	24,00	1.208,40
	SINAPI	88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,2500	36,75	9,19		
	SINAPI	88248	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,5000	30,11	15,06		
	CDHU	0.02.000.062581	Tubo de PVC rígido tipo Coletor Esgoto, DN= 100mm	M	1,0500	24,86	26,10		
4.3	CDHU 05.07.040	CP-46.05.040	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 150 mm, inclusive conexões	m			148,29	12,00	1.779,48
	SINAPI	88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,2500	36,75	9,19		
	SINAPI	88248	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,5000	30,11	15,06		
	CDHU	A.05.000.020359	Remoção de entulho de obra, material volumoso (mistura de alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal), capacidade 4 m³	M3	1,0500	118,14	124,05		
4.4	CDHU 46.05.050	CP-46.05.050	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 200 mm, inclusive conexões	m			131,92	20,00	2.638,40
	SINAPI	88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,5000	36,75	18,38		
	SINAPI	88248	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	1,0000	30,11	30,11		
	CDHU	0.02.000.062584	Tubo de PVC rígido tipo Coletor Esgoto, DN= 200mm	M	1,0500	79,46	83,43		
4.5	CDHU 43.08.020	CP-46.05.060	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 250 mm, inclusive conexões	m			185,79	28,00	5.202,12
	SINAPI	88264	Eletricista com encargos complementares	H	0,5000	40,84	20,42		
	SINAPI	88247	Auxiliar de eletricista com encargos complementares	H	1,0000	31,21	31,21		
	CDHU	0.02.000.062585	Tubo de PVC rígido tipo Coletor Esgoto, DN= 250mm	M	1,0500	127,77	134,16		
4.6	CDHU 43.08.021	CP-46.05.070	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 300 mm, inclusive conexões	m			272,06	11,50	3.128,69
	SINAPI	88264	Eletricista com encargos complementares	H	0,5000	40,84	20,42		
	SINAPI	88247	Auxiliar de eletricista com encargos complementares	H	1,0000	31,21	31,21		
	CDHU	0.02.000.062586	Tubo de PVC rígido tipo Coletor Esgoto, DN= 300mm	M	1,0500	209,93	220,43		
4.7	CDHU 43.08.032	CP-46.05.090	Tubo PVC rígido, tipo Coletor Esgoto, junta elástica, DN= 400 mm, inclusive conexões	m			438,31	30,00	13.149,30
	SINAPI	88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,5000	36,75	18,38		
	SINAPI	88248	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	1,0000	30,11	30,11		
	CDHU	0.02.000.062515	Tubo de PVC rígido tipo Coletor Esgoto, DN= 400 mm, junta elastica	M	1,0500	371,26	389,82		
4.8	CDHU 61.14.070	CP-03.07.102	Pintura tubulação água potável	m²			58,57	96,40	5.646,15
	SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares	H	0,8000	34,42	27,54		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,8000	28,52	22,82		
	SINAPI	43650	Tinta esmalte base agua premium brilhante	L	0,1600	46,77	7,48		
	SINAPI	38383	Lixa d'agua em folha, grao 100	UN	0,3000	2,44	0,73		
5 SERVIÇOS CIVIS									
5.1	CDHU 61.20.450	CP-03.03.060	Demolição manual de revestimento em massa de piso	m2			14,26	449,48	6.409,58
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,5000	28,52	14,26		
5.2	CDHU 33.11.090	93358	Escavação Manual De Vala. Af_09/2024	m3			112,65	28,65	3.227,42

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA									
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA						08-259-02-009-MR-PO-IPC-POA-001-A			
Assunto: ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO						Número do contrato: 000.171/2019			
Unidade: RAJ 05 - PRESIDENTE PRUDENTE						Número do Processo: 2020/60868			
						Data de Emissão: 07/11/2025			
						Boletim SINAPI: setembro-25			
						Boletim CDHU: 199			
Item	Referência Composição	Código	Descrição	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário (R\$)	Coef x Custo unitário (R\$)	Quantidade	Custo Total sem BDI (R\$)
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	3,9500	28,52	112,65		
5.3	CDHU 33.11.050	93382	Reaterro Manual De Valas, Com Compactador De Solos De Percussão. Af_08/2023	m3			28,52	12,02	342,81
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	1,0000	28,52	28,52		
5.4	CDHU 33.11.050	CP-16.05.031	Canaleta de aguas pluviais em concreto (20cm)	un			215,46	23,70	5.106,40
	SINAPI	88262	Carpinteiro de formas com encargos complementares	H	1,1000	32,31	35,54		
	SINAPI	88239	Ajudante de carpinteiro com encargos complementares	H	1,1000	30,47	33,52		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	1,3000	32,76	42,59		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	1,0000	28,52	28,52		
	SINAPI	102474	Concreto fck = 15mpa, traço 1:3,4:3,4 (em massa seca de cimento/ areia média/ seixo rolado) - preparo mecânico com betoneira 400 l. Af_05/2021	M3	0,0460	513,71	23,63		
	SINAPI	4512	Sarrafo "2,5 x 5" cm em pinus, mista ou equivalente da região - bruta	M	0,0575	1,97	0,11		
	SINAPI	43681	Chapa/painel de madeira compensada resinada (madeirite resinado rosa) para forma de concreto, de 2200 x 1100 mm, e 8 a 12 mm	M2	1,0575	26,86	28,40		
	SINAPI	5061	Prego de aço polido com cabeça 18 x 27 (2 1/2 x 10)	KG	2,0575	11,25	23,15		
5.5	SINAPI	94974	Concreto Magro Para Lastro, Traço 1:4,5:4,5 [Em Massa Seca De Cimento/ Areia Média/ Brita 1] - Preparo Manual. Af_05/2021	m3			913,55	0,47	429,37
	SINAPI	370	Areia media - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	M3	3,5000	85,00	297,50		
	SINAPI	1379	Cimento portland composto cp ii-32	KG	4,5000	0,64	2,88		
	SINAPI	4721	Pedra britada n. 1 (9,5 a 19 mm) posto pedreira/fornecedor, sem frete	M3	5,5000	77,78	427,79		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	6,5000	28,52	185,38		
5.6	SINAPI	103670	Lançamento Com Uso De Baldes, Adensamento E Acabamento De Concreto Em Estruturas. Af_02/2022	m3			372,62	3,72	1.386,15
	SINAPI	88262	Carpinteiro de formas com encargos complementares	H	2,4590	32,31	79,45		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	2,4590	32,76	80,56		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	7,3770	28,52	210,39		
	SINAPI	90586	Vibrador de imersão, diâmetro de ponteira 45mm, motor elétrico trifásico potência de 2 cv - chip diurno. Af_06/2015	CHP	1,0420	1,37	1,43		
	SINAPI	90587	Vibrador de imersão, diâmetro de ponteira 45mm, motor elétrico trifásico potência de 2 cv - chi diurno. Af_06/2015	CHI	1,4170	0,56	0,79		
5.7	CDHU 29.01.210	CP-29.01.210	Cantoneira em aço galvanizado	kg			30,88	58,79	1.815,44
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,4000	32,76	13,10		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,3000	28,52	8,56		
	SINAPI	4777	Cantoneira aço acab iguais (qualquer bitola), espessura entre 1/8" e 1/4"	KG	1,1500	8,02	9,22		
5.8	SINAPI	102990	Canaleta Meia Cana Pré-Moldada De Concreto [D = 30 Cm] - Fornecimento E Instalação. Af_05/2025	m			53,21	41,80	2.224,18
	SINAPI	10541	Calha/canaleta de concreto simples, tipo meia cana, diametro de 30 cm, para agua pluvial	M	1,0300	33,68	34,69		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,2812	32,76	9,21		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,2812	28,52	8,02		
	SINAPI	88629	Argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia média úmida), preparo manual. Af_08/2019	M3	0,0020	644,45	1,29		
5.9	CDHU 49.06.160	CP-49.06.160	Grelha quadriculada em ferro fundido para calhas e canaletas	un			1.243,02	5,10	6.339,40
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,5000	32,76	16,38		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	1,0000	28,52	28,52		
	CDHU	0.05.000.067517	Grelha com malha quadriculada e requadro, em ferro fundido nodular de 50 x 100 x 4,5 cm	UN	1,6700	717,44	1.198,12		
5.10	CDHU 24.03.680	CP-24.03.680	Grade para piso eletrofundida, malha 30 x 100 mm, com barra 40 x 2 mm	m2			894,85	6,96	6.228,16
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,8400	32,76	27,52		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	1,7800	28,52	50,77		
	SINAPI	370	Areia media - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	M3	0,0400	85,00	3,40		
	SINAPI	1379	Cimento portland composto cp ii-32	KG	19,1000	0,64	12,22		

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA									
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA						08-259-02-009-MR-PO-IPC-POA-001-A			
Assunto: ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO						Número do contrato: 000.171/2019			
Unidade: RAJ 05 – PRESIDENTE PRUDENTE						Número do Processo: 2020/60868			
						Data de Emissão: 07/11/2025			
						Boletim SINAPI: setembro-25			
						Boletim CDHU: 199			
Item	Referência Composição	Código	Descrição	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário (R\$)	Coef x Custo unitário (R\$)	Quantidade	Custo Total sem BDI (R\$)
	SINAPI	4777	Cantoneira aço abas iguais (qualquer bitola), espessura entre 1/8" e 1/4"	KG	10,7000	8,02	85,81		
	CDHU	H.04.000.092773	Grade para piso eletrofundida em aço carbono galvanizado a fogo antiderrapante de 30 x 100 mm, barra chata 4 x 2 mm e redonda com diâmetro de 5 mm	M2	1,0000	715,13	715,13		
5.11	SINAPI	101159	Alvenaria De Vedação De Blocos Cerâmicos Maciços De 5X10X20Cm (Espessura 10Cm) E Argamassa De Assentamento Com Preparo Em Betoneira. Af_05/2020	m2			147,26	30,32	4.464,92
	SINAPI	7258	Tijolo ceramico macico comum *5 x 10 x 20* cm (l x a x c)	UN	73,4900	0,56	41,15		
	SINAPI	87292	Argamassa traço 1:2:8 (em volume de cimento, cal e areia média úmida) para emboço/massa única/assentamento de alvenaria de vedação, preparo mecânico com betoneira 400 l. Af_08/2019	M3	0,0280	532,85	14,92		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	1,9390	32,76	63,52		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,9700	28,52	27,66		
5.12	SINAPI	87879	Chapisco Aplicado Em Alvenarias E Estruturas De Concreto Internas, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Em Betoneira 400L. Af_10/2022	m2			4,78	60,64	289,86
	SINAPI	87313	Argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia grossa úmida) para chapisco convencional, preparo mecânico com betoneira 400 l. Af_08/2019	M3	0,0037	492,52	1,82		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,0681	32,76	2,23		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0255	28,52	0,73		
5.13	CDHU 11.18.040	CP-11.18.040	Lastro de Pedra Britada	m3			136,12	0,25	34,03
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	1,5000	28,52	42,78		
	SINAPI	4721	Pedra britada n. 1 (9,5 a 19 mm) posto pedreira/fornecedor, sem frete	M3	1,2000	77,78	93,34		
5.14	CDHU 46.32.010	94964	Concreto Fck = 20Mpa, Traço 1:2,7:3 (Em Massa Seca De Cimento/ Areia Média/ Brita 1) - Preparo Mecânico Com Betoneira 400 L. Af_05/2021	m3			440,69	3,25	1.432,24
	SINAPI	370	Areia média - posto jazida/fornecedor (retrato na jazida, sem transporte)	M3	0,7558	85,00	64,24		
	SINAPI	1379	Cimento portland composto cp ii-32	KG	322,9777	0,64	206,71		
	SINAPI	4721	Pedra britada n. 1 (9,5 a 19 mm) posto pedreira/fornecedor, sem frete	M3	0,5872	77,78	45,67		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	2,5333	28,52	72,25		
	SINAPI	88377	Operador de betoneira estacionária/misturador com encargos complementares	H	1,6046	31,17	50,02		
	SINAPI	88830	Betoneira capacidade nominal de 400 l, capacidade de mistura 280 l, motor elétrico trifásico potência de 2 cv, sem carregador - chip diurno. Af_10/2014	CHP	0,8259	1,82	1,50		
	SINAPI	88831	Betoneira capacidade nominal de 400 l, capacidade de mistura 280 l, motor elétrico trifásico potência de 2 cv, sem carregador - chi diurno. Af_10/2014	CHI	0,7787	0,39	0,30		
5.15	CDHU 46.32.011	CP-09.02.020	Forma plana em compensado para estrutura convencional	m2			146,50	18,69	2.738,09
	SINAPI	88262	Carpinteiro de formas com encargos complementares	H	1,4000	32,31	45,23		
	SINAPI	88239	Ajudante de carpinteiro com encargos complementares	H	1,4000	30,47	42,66		
	SINAPI	4491	Pontaleta *7,5 x 7,5* cm em pinus, mista ou equivalente da região - bruta	M	2,0000	8,14	16,28		
	SINAPI	4509	Sarrafo *2,5 x 10* cm em pinus, mista ou equivalente da região - bruta	M	1,5300	4,13	6,32		
	SINAPI	6212	Tabua *2,5 x 30 cm em pinus, mista ou equivalente da região - bruta	M	1,5984	13,50	21,58		
	SINAPI	43681	Chapa/panel de madeira compensada resinada (maderite resinado rosa) para forma de concreto, de 2200 x 1100 mm, e = 8 a 12 mm	M2	0,4300	26,86	11,55		
	SINAPI	5061	Prego de aço polido com cabeça 18 x 27 (2 1/2 x 10)	KG	0,2500	11,25	2,81		
	SINAPI	2692	Desmoldante protetor para formas de madeira, de base oleosa emulsionada em água	L	0,0100	6,68	0,07		
5.16	CDHU 10.01.020	CP-10.01.020	Amadura em barra de aço CA-25 fyk= 250 Mpa	kg			11,77	65,39	769,64
	SINAPI	88245	Armador com encargos complementares	H	0,0400	32,53	1,30		
	SINAPI	88238	Ajudante de armador com encargos complementares	H	0,0800	30,62	2,45		
	SINAPI	43054	Aço ca-25, 10,0 mm, ou 12,5 mm, ou 16,0 mm, ou 20,0 mm, ou 25,0 mm, vergalhão	KG	1,1000	6,70	7,37		
	SINAPI	43132	Arame recozido 16 bwg, d = 1,65 mm (0,016 kg/m) ou 18 bwg, d = 1,25 mm (0,01 kg/m)	KG	0,0300	21,66	0,65		
5.17	CDHU 32.11.280	98562	Impermeabilização De Superfície Com Argamassa De Cimento E Areia, Com Aditivo Impermeabilizante, E = 1,5Cm. Af_09/2023	m2			23,80	60,64	1.443,23
	SINAPI	88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,2300	36,75	8,45		
	SINAPI	88248	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,2300	30,11	6,93		
	CDHU	F.07.000.024536	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação água quente e refrigeração, diâmetro de 1/2" (cobre)	M	1,0000	5,26	5,26		
	SINAPI	39719	Adesivo / cola de contato líquido, a base de resinas, para colagem de espuma para isolamento termico flexível	L	0,0200	158,12	3,16		

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA									
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA						08-259-02-009-MR-PO-IPC-POA-001-A			
Assunto: ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO						Número do contrato: 000.171/2019			
Unidade: RAJ 05 - PRESIDENTE PRUDENTE						Número do Processo: 2020/60868			
						Data de Emissão: 07/11/2025			
						Boletim SINAPI: setembro-25			
						Boletim CDHU: 199			
Item	Referência Composição	Código	Descrição	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário (R\$)	Coef x Custo unitário (R\$)	Quantidade	Custo Total sem BDI (R\$)
5.18	CDHU 17.01.060	CP-17.01.060	Regularização de piso com nata de cimento e branco	m			41,41	449,48	18.612,97
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,5000	32,76	16,38		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,6000	28,52	17,11		
	SINAPI	370	Areia média - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	M3	0,0040	85,00	0,34		
	SINAPI	1379	Cimento portland composto cp ii-32	KG	2,8400	0,64	1,82		
	SINAPI	7334	Aditivo adesivo líquido para argamassas de revestimentos cimentícios	L	0,4000	14,39	5,76		
5.19	CDHU 19.03.260	CP-19.03.260	Revestimento de pedra ardósia selecionada	m			89,31	224,74	20.071,53
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,4000	32,76	13,10		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,8000	28,52	22,82		
	SINAPI	370	Areia média - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	M3	0,0304	85,00	2,58		
	SINAPI	1379	Cimento portland composto cp ii-32	KG	8,0500	0,64	5,15		
	CDHU	k.03.000.032517	Ardósia verde de 40 x 40cm e espessura de 1,50cm	M2	1,0000	45,65	45,65		
5.20	CDHU 32.11.310	CP-17.05.020	Piso com requadro em concreto simples sem controle de fck	m			942,29	11,24	10.591,34
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	10,5000	32,76	343,98		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	8,5000	28,52	242,42		
	SINAPI	370	Areia média - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	M3	0,6980	85,00	59,33		
	SINAPI	1379	Cimento portland composto cp ii-32	KG	220,0000	0,64	140,80		
	SINAPI	4721	Pedra britada n. 1 (9,5 a 19 mm) posto pedreira/fornecedor, sem frete	M3	0,8780	77,78	68,29		
	SINAPI	4408	Ripa não aparelhada, *1,5 x 5" cm, em macaranduba, angelim ou equivalente da região - bruta	M	24,0000	3,10	74,40		
	CDHU	S.01.000.080125	Betoneira reversível com carregador, capacidade de 320 litros, acionamento do motor combustão interna (diesel e gasolina) ou motor elétrico Alfa 320	H	0,4300	30,39	13,07		
5.21	CDHU 30.04.030	CP-30.04.030	Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores (25x25x2,5cm), assentado com argamassa mista	m			141,32	18,00	2.543,76
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,6000	32,76	19,66		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,7000	28,52	19,96		
	SINAPI	370	Areia média - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	M3	0,0435	85,00	3,70		
	SINAPI	1379	Cimento portland composto cp ii-32	KG	13,5900	0,64	8,70		
	CDHU	G.02.000.032009	Ladrilho hidráulico para portadores de deficiência física/visual 25 x 25 x 2,5 cm, ref. Tátil cônico da Paulista, Podotátil da Bernardi ou equivalente	M2	1,0500	84,68	88,91		
	CDHU	S.01.000.080125	Betoneira reversível com carregador, capacidade de 320 litros, acionamento do motor combustão interna (diesel e gasolina) ou motor elétrico Alfa 320	H	0,0129	30,39	0,39		
5.22	SINAPI	98562	Impermeabilização De Superfície Com Argamassa De Cimento E Areia, Com Aditivo Impermeabilizante, E = 1,5Cm. Af_09/2023	m2			54,91	449,48	24.680,95
	SINAPI	87298	Argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia média úmida) para contrapiso, preparo mecânico com betoneira 400 l. Af_08/2019	M3	0,0250	616,02	15,40		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,9750	32,76	31,94		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,1970	28,52	5,62		
	SINAPI	123	Aditivo impermeabilizante de pega normal para argamassas e concretos sem amacão, líquido e isento de cloretos	L	0,2800	6,95	1,95		
5.23	SINAPI	102491	Pintura De Piso Com Tinta Acrílica, Aplicação Manual, 2 Demãos, Incluso Fundo Preparador. Af_05/2021	m2			24,13	98,24	2.370,53
	SINAPI	6085	Selador acrílico opaco premium interior/exterior	L	0,1600	12,06	1,93		
	SINAPI	7348	Tinta acrílica premium para piso	L	0,4270	21,81	9,31		
	SINAPI	12815	Fita crepe rolo de 25 mm x 50 m	UN	0,0100	14,70	0,15		
	SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares	H	0,2750	34,42	9,47		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,1150	28,52	3,28		
5.24	CDHU 11.20.050	11.20.050	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	m			11,72	112,60	1.319,67
	CDHU	C.01.000.092024	Corte de junta dilatação com serra disco diamantado na largura de 3 mm, profundidade de 3 cm, para piso de concreto ou alta resistência 3,0 mm x 3,0 cm	M	1,0000	11,72	11,72		
5.25	CDHU 03.09.060	CP-03.09.060	Remoção manual de junta de dilatação ou retração, inclusive apoio	m			15,32	112,60	1.725,03

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA									
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA						08-259-02-009-MR-PO-IPC-POA-001-A			
Assunto: ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO						Número do contrato: 000.171/2019			
Unidade: RAJ 05 – PRESIDENTE PRUDENTE						Número do Processo: 2020/60868			
						Data de Emissão: 07/11/2025			
						Boletim SINAPI: setembro-25			
						Boletim CDHU: 199			
Item	Referência Composição	Código	Descrição	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário (R\$)	Coef x Custo unitário (R\$)	Quantidade	Custo Total sem BDI (R\$)
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,2500	32,76	8,19		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,2500	28,52	7,13		
5.26	CDHU 32.11.150	CP-17.40.160	Fornecimento e aplicação de resina epóxi para reforço das laterais do corte de dilatação (1 demão)	m			45,66	112,60	5.141,32
	SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares	H	0,5000	34,42	17,21		
	SINAPI	100301	Ajudante de pintor com encargos complementares	H	0,4000	32,50	13,00		
	SINAPI	156	Adesivo estrutural a base de resina epoxi, bicomponente, fluido	KG	0,3000	51,51	15,45		
5.27	CDHU 33.10.041	CP-98575	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2" (cobre)	m			166,05	112,60	18.697,23
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	1,8500	32,76	60,61		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,3740	28,52	10,67		
	SINAPI	3678	Perfil elastomérico pre-formado em epdm, para junta de dilatação de uso geral em médias solicitações, 8 mm de largura, movimentação de "5 a 11" mm	M	1,0000	94,78	94,78		
5.28	SINAPI	87893	Chapisco Aplicado Em Alvenaria (Sem Presença De Vãos) E Estruturas De Concreto De Fachada, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Manual. Af_10/2022	m2			8,36	10,48	87,61
	SINAPI	87377	Argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia grossa úmida) para chapisco convencional, preparo manual. Af_08/2019	M3	0,0037	665,71	2,46		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,1394	32,76	4,57		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0465	28,52	1,33		
5.29	SINAPI	87878	Chapisco Aplicado Em Alvenarias E Estruturas De Concreto Internas, Com Colher De Pedreiro. Argamassa Traço 1:3 Com Preparo Manual. Af_10/2022	m2			5,42	10,48	56,80
	SINAPI	87377	Argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia grossa úmida) para chapisco convencional, preparo manual. Af_08/2019	M3	0,0037	665,71	2,46		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,0681	32,76	2,23		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0255	28,52	0,73		
5.30	SINAPI	87781	Emboço Ou Massa Única Em Argamassa Traço 1:2:8, Preparo Manual, Aplicada Manualmente Em Pisos De Fachada Com Presença De Vãos, Espessura De 35 Mm. Af_08/2022	m2			4,93	10,48	51,67
	SINAPI	87292	Argamassa traço 1:2:8 (em volume de cimento, cal e areia média úmida) para emboço/massa única/assentamento de alvenaria de vedação, preparo mecânico com betoneira 400 l. Af_08/2019	M3	0,0037	532,85	1,97		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,0681	32,76	2,23		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0255	28,52	0,73		
5.31	SINAPI	87529	Massa Única, Em Argamassa Traço 1:2:8, Preparo Mecânico, Aplicada Manualmente Em Paredes Internas De Ambientes Com Área Entre 5M² E 10M², E = 17,5Mm, Com Taliscas. Af_03/2024	m2			39,06	10,48	409,35
	SINAPI	87292	Argamassa traço 1:2:8 (em volume de cimento, cal e areia média úmida) para emboço/massa única/assentamento de alvenaria de vedação, preparo mecânico com betoneira 400 l. Af_08/2019	M3	0,0376	532,85	20,04		
	SINAPI	88248	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	0,4700	30,11	14,15		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,1710	28,52	4,88		
5.32	CDHU 00.00.003	88495	Emassamento Com Massa Látex, Aplicação Em Parede, Uma Demão, Lixamento Manual. Af_04/2023	m2			14,73	10,48	154,37
	SINAPI	3767	Lixa em folha para parede ou madeira, numero 120, cor vermelha	UN	0,0600	1,34	0,08		
	SINAPI	43626	Massa corrida para superfícies de ambientes internos	KG	1,0430	3,97	4,14		
	SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares	H	0,2340	34,42	8,05		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0860	28,52	2,45		
5.33	SINAPI	96133	Aplicação Manual De Massa Acrílica Em Superfícies Externas De Sacada De Edifícios De Múltiplos Pavimentos, Duas Demãos. Af_03/2024	m2			41,43	10,48	434,19
	SINAPI	3767	Lixa em folha para parede ou madeira, numero 120, cor vermelha	UN	0,1000	1,34	0,13		
	SINAPI	43651	Massa acrílica para superfícies internas e externas	KG	1,5518	7,14	11,08		
	SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares	H	0,8780	34,42	30,22		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,2190	28,52	6,25		
5.34	SINAPI	88485	Fundo Selador Acrílico, Aplicação Manual Em Parede, Uma Demão. Af_04/2023	m2			3,67	20,96	76,92
	SINAPI	6085	Selador acrílico opaco premium interior/exterior	L	0,1600	12,06	1,93		
	SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares	H	0,0390	34,42	1,34		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0140	28,52	0,40		
5.35	SINAPI	88489	Pintura Látex Acrílica Premium, Aplicação Manual Em Paredes, Duas Demãos. Af_04/2023	m2			9,48	20,96	198,70

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA									
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA						08-259-02-009-MR-PO-IPC-POA-001-A			
Assunto: ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO						Número do contrato: 000.171/2019			
Unidade: RAJ 05 – PRESIDENTE PRUDENTE						Número do Processo: 2020/60868			
						Data de Emissão: 07/11/2025			
						Boletim SINAPI: setembro-25			
						Boletim CDHU: 199			
Item	Referência Composição	Código	Descrição	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário (R\$)	Coef x Custo unitário (R\$)	Quantidade	Custo Total sem BDI (R\$)
	SINAPI	7356	Tinta latex acrílica premium, cor branco fosco	L	0,0330	32,52	1,07		
	SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares	H	0,1870	34,42	6,44		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0690	28,52	1,97		
5.36	SINAPI	87886	Chapisco Aplicado No Teto Ou Em Estrutura, Com Despenadeira Dentada. Argamassa Industrializada Com Preparo Manual. Af_10/2022	m2			18,21	2,88	52,44
	SINAPI	87402	Argamassa industrializada para chapisco colante, preparo manual. Af_08/2019	M3	0,0034	3.701,89	12,59		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,1295	32,76	4,24		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0486	28,52	1,39		
5.37	SINAPI	87292	Argamassa Traço 1:2:8 (Em Volume De Cimento, Cal E Areia Média Úmida) Para Emboço/Massa Única/Assentamento De Alvenaria De Vedação, Preparo Mecânico Com Betoneira 400 L. Af_08/2019	m3			60,41	2,88	173,98
	SINAPI	87369	Argamassa traço 1:2:8 (em volume de cimento, cal e areia média úmida) para emboço/massa única/assentamento de alvenaria de vedação, preparo manual. Af_08/2019	M3	0,0376	699,25	26,29		
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,7900	32,76	25,88		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,2890	28,52	8,24		
5.38	SINAPI	88496	Emassamento Com Massa Látex, Aplicação Em Teto, Duas Demãos, Lixamento Manual. Af_04/2023	m2			36,48	2,88	105,06
	SINAPI	3767	Lixa em folha para parede ou madeira, numero 120, cor vermelha	UN	0,1000	1,34	0,13		
	SINAPI	43626	Massa corrida para superficies de ambientes internos	KG	1,5550	3,97	6,17		
	SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares	H	0,6720	34,42	23,13		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,2470	28,52	7,04		
5.39	SINAPI	88484	Fundo Selador Acrílico, Aplicação Manual Em Teto, Uma Demão. Af_04/2023	m2			4,23	2,88	12,18
	SINAPI	6085	Selador acrílico opaco premium interior/exterior	L	0,1600	12,06	1,93		
	SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares	H	0,0510	34,42	1,76		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0190	28,52	0,54		
5.40	SINAPI	88488	Pintura Látex Acrílica Premium, Aplicação Manual Em Teto, Duas Demãos. Af_04/2023	m2			21,67	2,88	62,41
	SINAPI	7356	Tinta latex acrílica premium, cor branco fosco	L	0,3300	32,52	10,73		
	SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares	H	0,2440	34,42	8,40		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,0890	28,52	2,54		
5.41	SINAPI	97633	Demolição De Revestimento Cerâmico, De Forma Manual, Sem Reaproveitamento. Af_09/2023	m2			28,85	4,90	141,37
	SINAPI	88256	Azulejista ou ladrilhista com encargos complementares	H	0,2553	32,61	8,33		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,7195	28,52	20,52		
5.42	CDHU 17.01.050	CP-17.01.050	Regularização de piso com nata de cimento	m2			36,86	4,90	180,61
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	0,6000	32,76	19,66		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,5000	28,52	14,26		
	SINAPI	370	Areia media - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	M3	0,0133	85,00	1,13		
	SINAPI	1379	Cimento portland composto cp ii-32	KG	2,8400	0,64	1,82		
5.43	CDHU 17.01.050	87249	Revestimento Cerâmico Para Piso Com Placas Tipo Esmaltada De Dimensões 45X45 Cm Aplicada Em Ambientes De Área Menor Que 5 M2. Af_02/2023_Pe	m2			71,34	4,90	349,57
	SINAPI	1287	Piso em cerâmica esmaltada extra, pei maior ou igual a 4, formato menor ou igual a 2025 cm2	M2	1,1000	27,23	29,95		
	SINAPI	1381	Argamassa colante ac i para ceramicas	KG	6,1400	0,80	4,91		
	SINAPI	34357	Rejunte cimenticio, qualquer cor	KG	0,1900	4,69	0,89		
	SINAPI	88256	Azulejista ou ladrilhista com encargos complementares	H	0,8200	32,61	26,74		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,3100	28,52	8,84		
5.44	CDHU 01.23.020	CP-01.23.020	Limpeza de superfície com escova de aço	m2			9,87	0,18	1,78
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,3000	28,52	8,56		
	SINAPI	12	Escova de aço, com cabo, "4 x 15" fileiras de cerdas	UN	0,1800	7,29	1,31		

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA									
Referência: FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA						08-259-02-009-MR-PO-IPC-POA-001-A			
Assunto: ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO						Número do contrato: 000.171/2019			
Unidade: RAJ 05 - PRESIDENTE PRUDENTE						Número do Processo: 2020/60868			
						Data de Emissão: 07/11/2025			
						Boletim SINAPI: setembro-25			
						Boletim CDHU: 199			
Item	Referência Composição	Código	Descrição	Unid.	Coefficiente	Custo Unitário (R\$)	Coef x Custo unitário (R\$)	Quantidade	Custo Total sem BDI (R\$)
5.45	CDHU 11.05.040	CP-11.05.040	Argamassa Graute	m2			388,56	0,01	2,62
	SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares	H	2,5000	32,76	81,90		
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,2500	28,52	7,13		
	SINAPI	370	Areia media - posto jazida/fornecedor (retrado na jazida, sem transporte)	M3	0,7200	85,00	61,20		
	SINAPI	1106	Cal hidratada ch-i para argamassas	KG	20,0000	0,95	19,00		
	SINAPI	1379	Cimento portland composto cp ii-32	KG	283,0000	0,64	181,12		
	SINAPI	4720	Pedra britada n. 0, ou pedrisco (4,8 a 9,5 mm) posto pedra/fornecedor, sem frete	M3	0,2800	89,80	25,14		
	CDHU	5.01.000.080125	Betoneira reversivel com carregador, capacidade de 320 litros, acionamento do motor combustão interna (diesel e gasolina) ou motor elétrico Alfa 320	H	0,4300	30,39	13,07		
5.46	CDHU 11.05.040	97914	Transporte Com Caminhão Basculante De 6 M³, Em Via Urbana Pavimentada, Dmt Até 30 Km (Unidade: M3Km). Af_07/2020	m3xkm			3,13	32,88	102,91
	SINAPI	67826	Caminhão basculante 6 m3 toco, peso bruto total 16.000 kg, carga útil máxima 11.130 kg, distância entre eixos 5,36 m, potência 185 cv, inclusive caçamba metálica - chp diurno. Af_06/2014	CHP	0,0139	194,83	2,71		
	SINAPI	67827	Caminhão basculante 6 m3 toco, peso bruto total 16.000 kg, carga útil máxima 11.130 kg, distância entre eixos 5,36 m, potência 185 cv, inclusive caçamba metálica - chi diurno. Af_06/2014	CHI	0,0060	70,69	0,42		
6 SERVIÇOS FINAIS									
6.1	CDHU 05.07.050	CP-05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	m			137,53	5,00	687,65
	SINAPI	88262	Carpinteiro de formas com encargos complementares	H	0,6000	32,31	19,39		
	CDHU	A.05.000.020359	Remoção de entulho de obra, material volumoso (mistura de alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal), capacidade 4 m³	M3	1,0000	118,14	118,14		
6.2	CDHU 39.02.016	CP-55.01.020	Limpeza final de obra	m			19,96	596,00	11.896,16
	SINAPI	88316	Servente com encargos complementares	H	0,7000	28,52	19,96		
7 DOCUMENTAÇÃO FINAL									
7.1	COMPOSIÇÃO	CP-00.00.003	Teste de estanqueidade	m			1.913,52	1,00	1.913,52
	SINAPI	90779	Engenheiro civil de obra senior com encargos complementares	H	8,0000	165,69	1.325,52		
	SINAPI	88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares	H	16,0000	36,75	588,00		
7.2	COMPOSIÇÃO	CP-00.00.004	As Built formato A0	m			823,59	1,00	823,59
	SINAPI	90779	Engenheiro civil de obra senior com encargos complementares	H	2,5000	165,69	414,23		
	SINAPI	90777	Engenheiro civil de obra junior com encargos complementares	H	3,5000	116,96	409,36		
TOTAL SEM BDI									240.663,66
BDI									25,00%
TOTAL COM BDI									300.829,58

FABIO OLIVEIRA SANTOS
 ENGENHEIRO CIVIL
 CREA-SP 5063178387-SP
 ART Nº 2620251114650



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

ANEXO 12

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO								08-259-02-009-MR-PO-IPC-CFF-001-A		
Referência:		FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA					Número do contrato:		000.171/2019	
Assunto:		ESPECIFICAÇÃO E ORÇAMENTO					Número do Processo:		2020/60868	
Unidade:		RAJ 05 – PRESIDENTE PRUDENTE								
			PERÍODO DE EXECUÇÃO (DIAS)							
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Preço Total com BDI	30		60		90			
			%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR		
	FÓRUM DA COMARCA DE DRACENA		37,17%	111.816,10	39,64%	119.244,96	23,19%	69.768,52		
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	39.035,70	37,17%	14.509,57	39,64%	15.473,75	23,19%	9.052,34		
2	CANTEIRO DE OBRA	7.766,08	40,00%	3.106,43	30,00%	2.329,82	30,00%	2.329,82		
3	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE APOIO E PROTEÇÃO	2.494,39	50,00%	1.247,20	25,00%	623,60	25,00%	623,61		
4	DRENAGEM	41.020,02	40,00%	16.408,01	40,00%	16.408,01	20,00%	8.204,01		
5	SERVIÇOS CIVIS	191.362,24	40,00%	76.544,90	40,00%	76.544,90	20,00%	38.272,46		
6	SERVIÇOS FINAIS	15.729,76		-	50,00%	7.864,88	50,00%	7.864,89		
7	DOCUMENTAÇÃO FINAL	3.421,39					100,00%	3.421,39		
	PERCENTUAL PARCIAL		37,17%		39,64%		23,19%			
	PERCENTUAL ACUMULADO		37,17%		76,81%		100,00%			
	TOTAL PARCIAL	300.829,58		111.816,10		119.244,96		69.768,52		
				111.816,10		231.061,06		300.829,58		

FABIO OLIVEIRA SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-SP 5063178387-SP
ART Nº 2620251114650



ANEXO 13

TERMO DE RECEBIMENTO E CONFIDENCIALIDADE

REFERÊNCIA:

Processo nº 2026/007373

Pregão Eletrônico nº 90048/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de recuperação estrutural, no prédio do Fórum de Comarca de Dracena, obras auxiliares de ordem civil e demais serviços e materiais necessários ao seu perfeito funcionamento.

Pelo presente instrumento, eu, _____, RG: _____, CPF: _____, representante da empresa _____, CNPJ _____, telefone _____, e-mail _____, declaro ter ciência que receberei da SAAB 5.1 – Coordenadoria de Licitações e Compras o link de acesso aos arquivos digitais dos projetos e demais documentos técnicos relativos à licitação supramencionada quando do recebimento do presente e comprometo-me a:

1. Tomar todas as precauções para assegurar a Confidencialidade, Integridade e Não Disponibilidade dos referidos documentos;
2. Não utilizar, revelar, reproduzir, repassar, expor ou divulgar, sob qualquer meio, pretexto, fundamento ou justificativa, as informações sigilosas a que tive acesso;
3. Cumprir e respeitar a legislação sobre o assunto e as condições relativas à confidencialidade.

Declaro ter conhecimento da legislação sobre o assunto, especialmente as contidas na Lei de Acesso à Informação nº 12527/2011 e, em caso de violação do sigilo a que ora me obrigo a manter, que estarei sujeito aos efeitos de ordem penal, civil e administrativa contra seus transgressores, assumindo todas as responsabilidades legais.

Local e data

Assinatura

ANEXO B

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Rua Direita, 250 - 23º andar - Sé
São Paulo - Capital

REFERÊNCIAS:

Modalidade: Pregão Eletrônico
N.º do Processo: 2026/007373
N.º do Pregão Eletrônico: 90048/2026
Tipo: Menor Preço
Data da Abertura das Propostas: 20/05/2026
Horário: 11:00h

[razão social], CNPJ nº [número do CNPJ], endereço [endereço completo], por seu/sua representante legal, [nome do(a) representante], CPF nº [número do CPF], para todos os fins legais estabelecidos para fins da presente licitação, declaro que a empresa:

- 1) atende em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097/2000 (*Lei do Aprendiz*).
- 2) atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (*inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021*).
- 3) estar enquadrada como:
 - ☐ Microempresa (ME);
 - ☐ Empresa de pequeno porte (EPP);
 - ☐ Sociedade cooperativa;
 - ☐ Outras.
- 4) inexistente em seu quadro societário ou cônjuges, de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membros ou juízes vinculados ao TJSP, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

- 5) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, art. 117, da Constituição do Estado de São Paulo.
- 6) possui ou providenciará a abertura de conta corrente no Banco do Brasil, antes da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, para realização do pagamento, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº 62.867/2017.
- 7) tenho ciência de que, nos termos do art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021, caso o valor da minha proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, terei de prestar garantia adicional para fins de assinatura do contrato.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

OBSERVAÇÃO: esta declaração deverá ser enviada por meio eletrônico, nos termos do subitem 7.7.8.1 do Edital, quando solicitada pelo(a) pregoeiro(a) e apenas para a vencedora da licitação.

ANEXO C

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DO CONTRATO Nº _____/____

O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS rege a divulgação de informações entre a CONTRATADA, _____, estabelecida(o) a _____, Município _____, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada(o) por _____ ao final assinado, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Praça da Sé s/nº, Centro, São Paulo, SP, CEP 01018-010, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado TJSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, o qual, a partir do reconhecimento deste ato, dá conhecimento e estabelece as regras de confidencialidade e de proteção de dados a serem observadas pelas partes:

1. A CONTRATADA DECLARA e compromete-se:
 - a) A cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura, bem como as diretrizes estipuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantendo a confidencialidade em relação a toda a documentação e à coleta de dados pessoais (sensíveis ou não) indispensáveis à prestação do serviço, se houver. Os dados assim coletados, bem como os dados pessoais sensíveis, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 8º, § 1º e art. 11, incisos I e II, da LGPD, qual seja (especificar) _____ e, em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins. Não haverá a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I do art. 6º da LGPD), bem como serão consideradas nulas as autorizações genéricas (§ 4º do art. 8º da Lei nº 13.709, 2018). A CONTRATADA, nos termos do art. 7º, § 5º, da LGPD, obriga-se a obter o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a disponibilização dos dados ao TJSP assim o requerer. Em se tratando de dados disponibilizados pelo TJSP à CONTRATADA, o Tribunal obterá o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a lei assim o requerer, após solicitação da contratada;
 - b) A armazenar os dados obtidos em razão desse contrato em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com transparente identificação do perfil dos credenciados, garantindo-se a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer tempo, de desvios e falhas, vedado seu compartilhamento com terceiros;

- c) Não divulgar as informações obtidas nas atividades exercidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, exceto quando expressamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
 - d) Não permitir que qualquer pessoa manuseie qualquer documento físico ou eletrônico que componha ou tenha resultado de atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), exceto se devidamente autorizada;
 - e) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
2. DECLARA AINDA CIÊNCIA de que:
- f) Qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação;
 - g) Dará conhecimento formal aos seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou qualquer terceiro que tenha conhecimento da presente contratação, das obrigações e condições acordadas neste item, bem como da Política de Privacidade do TJSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais (sensíveis ou não) de que trata a presente cláusula, responsabilizando-se por toda e qualquer operação realizada em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
 - h) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inerentes ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por sua vez, é reservada a prerrogativa de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam dados ou informações cuja perda ou vazamento possa trazer graves implicações ao Tribunal de Justiça ou consequências administrativas, civis ou criminais aos responsáveis por sua violação, notadamente por meio do representante especialmente designado, a que se refere o art. 117 da Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);
 - i) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA providenciará seu descarte de forma segura, comunicando o TJSP;

- j) A CONTRATADA deverá comunicar ao TJSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais sensíveis ou não, a fim de viabilizar a adoção das providências devidas;
- k) As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- l) O TJSP deverá, considerando os meios tecnológicos disponíveis e adequados às suas atividades, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, adotar medidas físicas e lógicas, de caráter técnico e organizacional, a fim de prover a confidencialidade e a segurança de seus dados, evitar sua alteração, perda, subtração ou acesso não autorizado, bem como a violação da privacidade dos sujeitos titulares dos dados;
- m) O descumprimento das obrigações relacionadas à confidencialidade e à segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas, no presente contrato. Desse modo, as partes responderão administrativa e judicialmente, e, em solidariedade com os agentes de tratamento, estes conceituados nos incisos VI, VII e VIII do art. 5ª da Lei nº 13.709/2018, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD, conforme previsto em seu art. 42, § 1º, inciso I;
- n) O presente Acordo somente poderá ser alterado mediante consentimento mútuo e Aditamento por escrito, assinado por ambas as partes. As obrigações de confidencialidade contidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS se perpetuarão por tempo indeterminado, independente do término da vigência do CONTRATO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
(Assinado Digitalmente)

CONTRATADA
(Assinado Digitalmente)

ANEXO D - MINUTA DE CONTRATO

Minuta

Contrato lavrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e a **[NOME DA EMPRESA]**, para a execução de recuperação estrutural e reforma do sistema de drenagem do piso externo do pavimento térreo no Fórum da Comarca de Dracena, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº [___/___]** integrante do **Processo nº 2026/7373**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023 do Tribunal de Justiça de São Paulo, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nºs 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 351/2020 e 652/2025, além das regulamentações estaduais, bem como de toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo [___cargo do representante___], o Dr. [___Nome do Representante___], portador da Cédula de Identidade R.G. nº [___-___] e do C.P.F. nº [___-___], e a **[NOME DA EMPRESA]**, estabelecida na [___Endereço, Cidade e Estado___], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº [___/___-___], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por seu (a) [___cargo do representante___], o Sr. (a) [___Nome do Representante___], portador(a) da Cédula de Identidade R.G. nº [___-___] e do C.P.F. nº [___-___], assinam o presente instrumento sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para a execução de recuperação estrutural com intervenções nas juntas de dilatação da edificação e execução de reforma do sistema de drenagem do piso externo do pavimento térreo, no prédio do Fórum da Comarca de Dracena, situado à Rua Bolívia, nº 137, conforme documentação constante nos Anexos e demais condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, pelo regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1- Os serviços contratados serão executados em conformidade com as Cláusulas do presente Contrato e os termos dos seus anexos, que fazem parte integrante deste Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como segue:

2.1.1- Anexo I — Termo de Referência;

2.1.2- Anexo II – Planilha de Composição de Preços;

2.1.3- Anexo III – Composição do BDI;

2.1.4- Anexo IV – Composição dos Encargos Sociais;

2.1.5- Anexo V – Cronograma Físico-Financeiro;

2.1.6- Anexo VI – Minuta de Carta para Comunicação de Encerramento dos Serviços e outras providências;

2.1.7- Anexo VII – Declaração Unificada – Lei 14.133/2021;

2.1.8- Anexo VIII – Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados.

2.2- Local de execução dos serviços, mediante agendamento prévio:

Fórum da Comarca de Dracena

Endereço: Rua Bolívia, nº 137

Telefone: (18) 2137-1401

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1- O prazo de execução dos serviços objeto desta contratação, será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços pelo Gestor do CONTRATANTE.

3.2- Os prazos de execução e de vigência apenas poderão ser prorrogados em caso de motivo justo, a critério do CONTRATANTE, desde que a prorrogação seja solicitada por escrito, pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos do final do prazo de execução dos serviços.

3.2.1- O pedido de prorrogação deverá vir acompanhado de novo cronograma físico-financeiro, relação dos dias, justificativa da impossibilidade de execução dos serviços e comprovação dos motivos que o fundamentem e outros documentos relevantes e pertinentes ao assunto.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1-** A CONTRATADA dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições do Anexo I – Termo de Referência, obrigando-se ainda a:
- 4.1.1-** Responder e responsabilizar-se pela segurança dos serviços prestados e/ou material fornecido perante o CONTRATANTE, seus próprios funcionários e terceiros, bem como, eventuais danos patrimoniais ou extrapatrimoniais causados, adotando cuidados para prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias.
 - 4.1.2-** Assumir exclusiva e total responsabilidade por todo e qualquer dano físico ou moral, material e/ou lucros cessantes, ocasionado a qualquer de seus funcionários ou a terceiros e pela segurança de suas operações.
 - 4.1.3-** Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do CONTRATANTE, bem como, danos físicos ou morais, causados aos funcionários do CONTRATANTE ou a terceiros.
 - 4.1.4-** Manter, durante a vigência contratual, as mesmas condições que propiciaram sua habilitação e qualificação no procedimento licitatório.
 - 4.1.5-** Refazer de imediato qualquer serviço inadequadamente executado e sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.
 - 4.1.6-** Aceitar os acréscimos ou supressões no objeto contratual, a critério do CONTRATANTE, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
 - 4.1.7-** Ao longo de toda a execução do contrato, a CONTRATADA deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
 - 4.1.7.1-** Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos mencionada no item 4.1.7 com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.
- 4.2-** É de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de tributos incidentes sobre os serviços ora contratados.
- 4.3- Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**
- 4.3.1-** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimentos, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito

institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos dos arts. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020.

4.3.2- Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

4.3.2.1- Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

4.3.2.2- Nome da empresa contratada;

4.3.2.3- Descrição sucinta dos acontecimentos.

4.3.3- A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br.

4.3.4- A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557.

4.3.5- Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

4.3.6- A Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação integrará todos os contratos de estágio e de prestação de serviços firmados pelos órgãos do Poder Judiciário.

4.4- A CONTRATADA deverá contratar as coberturas de seguros relacionados no item 13 do Anexo I – Termo de Referência.

4.5- A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

4.5.1- Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo:

- 4.5.1.1-** Sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - 4.5.1.2-** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
 - 4.5.1.3-** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 4.6-** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o subitem 4.5 e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o subitem 4.5.1.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1-** O CONTRATANTE dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições do Anexo I – Termo de Referência, obrigando-se ainda a:
- 5.1.1-** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato.
 - 5.1.2-** Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança do endereço de cobrança.
 - 5.1.3-** Permitir livre acesso às instalações, quando solicitado pela CONTRATADA ou seus empregados em serviço.
- 5.2-** O CONTRATANTE terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1-** A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do CONTRATANTE, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os servidores designados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.
- 6.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o CONTRATANTE registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas

comunicando-as à CONTRATADA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

- 6.4-** O(a) Gestor(a) do Contrato, a cada seis meses contados da assinatura do contrato, solicitará a documentação de habilitação e qualificação, constantes do edital de licitação ou do aviso de contratação direta, a fim de verificar se a Contratada mantém as condições exigidas na contratação inicial.
- 6.5-** A Diretoria de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa CONTRATADA seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 7.1-** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2724/2023.
- 7.2-** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I – Termo de Referência.
- 7.3-** Na ausência de prazos no Anexo I – Termo de Referência, fica estabelecido que:
- 7.3.1-** O recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e
- 7.3.2-** O recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 7.4-** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no Anexo I – Termo de Referência.
- 7.5-** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 7.6-** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.
- 7.7-** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a) a qualidade do material e dos produtos empregados;
 - b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração e,
 - c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.

- 7.8-** Caso os serviços não sejam executados nas formas previstas nos Anexos deste Edital, a CONTRATADA deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.
- 7.9-** O recebimento dos serviços, além das condições supramencionadas, dar-se-á em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

- 8.1-** Pela execução do presente Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, os valores discriminados na Planilha de Composição de Preços – ANEXO II.
- 8.2-** No preço convencionado, incluem-se todos os gastos inerentes às obrigações legais e recursos indispensáveis à execução deste Contrato, tais como: impostos, taxas, emolumentos, ensaios, testes, equipamentos, ferramentas, materiais, instrumentos, vistorias, medições, prospecções, avaliações, transportes, seguros, mão de obra com todos os seus insumos, inclusive adicional noturno, projetos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1-** O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias** corridos, contados a partir da data do recebimento definitivo de cada etapa de medição e ateste da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela fiscalização do CONTRATANTE.
- 9.2-** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 9.3-** Caso a CONTRATADA apresente registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá regularizar a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a CONTRATADA comprovar a regularização perante a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF do CONTRATANTE, para efeito de regular pagamento.
- 9.4-** Para o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Notas Fiscais/Faturas, constando o número da Agência e da conta corrente no BANCO DO BRASIL S.A., bem como o número da Nota de Empenho respectivo, que será encaminhada pela Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF à CONTRATADA no momento da sua emissão, as quais

serão atestadas definitivamente pelos servidores designados pela E. Presidência deste Tribunal, e, em seguida, encaminhadas à SOF para o efetivo pagamento.

- 9.4.1-** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido na nota de empenho, neste Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis e, nesse caso, o prazo previsto no subitem 9.1 será interrompido.
- 9.4.2-** A contagem do prazo previsto para pagamento no subitem 9.1 será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas considerados irregulares.
- 9.5-** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (CONTRATADA) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 9.5.1-** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do item 9.2, desta cláusula.
- 9.6-** A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.
- 9.7-** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.
- 9.7.1-** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da *chave de acesso* no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br ⇒ NF-e ou nota fiscal eletrônica ⇒ Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br ⇒ Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 9.7.2-** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 9.8-** Conforme § 11, do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, a empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos arts. 121 e 122 (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 4º).
- 9.9-** Será realizada a retenção do Imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.

- 9.10-** No primeiro faturamento, junto com a Nota Fiscal/fatura, a CONTRATADA estabelecida fora do município do(a) tomador(a) do serviço deverá apresentar, quando a legislação municipal exigir, o cadastro de empresa de que está estabelecido fora do município.
- 9.10.1-** No município de São Paulo o referido cadastro denomina-se CPOM – Cadastro de Empresas de Fora do Município.
- 9.11-** Para o último pagamento, referente aos serviços executados no mês em que o percentual físico realizado acumule 100% (cem por cento), o Termo de Recebimento Definitivo deverá ter sido emitido pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 10.1-** As medições serão mensais, contadas a partir da data de início dos serviços, exceto a última, que ocorrerá quando da conclusão dos serviços e seu recebimento por parte do CONTRATANTE, incluindo a entrega de toda documentação exigida no Anexo 9 do Anexo I – Termo de Referência.
- 10.1.1-** A CONTRATADA deverá apresentar as medições periódicas dos serviços executados e dos materiais empregados em até 10 (dez) dias corridos após o período de medição, servindo as mesmas como fundamento da emissão da Nota Fiscal de cobrança, a ser emitidos pela CONTRATADA a cada medição;
- 10.1.2-** As medições mensais dos custos da administração local, cujos itens estão indicados no Anexo III – Planilha de Composição de Preços do presente, serão apuradas proporcionalmente à execução financeira mensal, conforme recomendações do Tribunal de Contas da União – TCE, acórdãos nºs 2622/2013 e 2440/2014, ambos do Plenário.
- 10.2-** Os serviços serão medidos conforme os critérios de medição e remuneração estabelecidos pelas tabelas oficiais como, por exemplo, os boletins do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, bem como outras formas de precificação nos termos da legislação vigente.
- 10.3-** Somente serão medidos serviços claramente quantificáveis e 100% concluídos.
- 10.4-** A CONTRATADA deverá solicitar as medições por escrito à FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, considerando as etapas definidas no cronograma físico-financeiro, acompanhadas: a) da memória de cálculo, descrevendo a quantificação dos serviços; b) do boletim de medição, contendo todos os itens do serviços contratados, as quantidades, os percentuais e custos executados, acumulados e totais; c) do relatório fotográfico, contendo identificação dos serviços e datas demonstrando todas as etapas

de desenvolvimento dos eventos no período correspondente à medição; e d) de outros documentos relevantes e pertinentes ao assunto.

- 10.5-** Não será medido o fornecimento de material em separado da execução do respectivo serviço.
- 10.6-** Após verificação dos serviços efetivamente executados e da documentação apresentada, caso a medição não seja aceita, a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE devolverá à CONTRATADA para emissão da medição retificada.
- 10.6.1-** A medição retificada deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da notificação da FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE;
- 10.6.2-** Caso se verifique o não saneamento das pendências apontadas pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE na nova medição, caracterizar-se-á atraso a partir da data estabelecida no subitem anterior.
- 10.7-** Aprovada a medição, será autorizada a emissão da Nota Fiscal, cujo ateste será realizado pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.
- 10.8-** Se a medição não for apresentada no prazo estabelecido, a CONTRATADA incorre automaticamente em mora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

- 11.1-** O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado (§7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/21), qual seja, 11/11/2025, com base na variação mensal acumulada IPOP/FIPE-IGE (Índice de Preços de Obras Públicas, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Índice Geral de Edificações), ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.
- 11.2-** Para apuração dos valores e saldos de serviços a serem reajustados, deverá ser observado o período de efetiva execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

- 12.1-** O valor total do presente contrato é de R\$ ____ (____).
- 12.2-** As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da classificação da despesa X.X.XX.XX. da dotação orçamentaria consignada ao Tribunal neste exercício, no Programa de Trabalho 303 – Processo Judiciário do Tribunal de Justiça. As despesas de exercícios futuros correrão à conta da dotação a ser consignada ao Tribunal no orçamento desses exercícios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato é de **235 (duzentos e trinta e cinco) dias corridos**, contados a partir da assinatura do Contrato pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

14.1- A CONTRATADA deverá apresentar garantia adicional nos termos do § 5º, do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia, quando a proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo TJSP, equivale à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.

14.2- A garantia poderá ser nas seguintes modalidades:

14.2.1-caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

14.2.2-seguro-garantia;

14.2.3-fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

14.2.4-título de capitalização: serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

14.3- Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

14.4- O prazo para apresentação da garantia será de **1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia quando o contratado optar pela modalidade **seguro-garantia**.

14.4.1- O prazo para apresentação das demais modalidades de garantia será de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato.

14.5- O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante o CONTRATANTE, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

- 14.5.1-** o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- 14.5.2-** o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o Contratado não tiver efetuado o pagamento do prêmio nas datas convencionadas.
- 14.6-** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 14.2.
- 14.7-** A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 14.8-** Na eventual prorrogação do contrato ou na ocorrência de acréscimos quantitativos e alterações de preços, inclusive reajuste, o valor da garantia será alterado proporcionalmente, cabendo à CONTRATADA apresentar nova garantia ou complementá-la, nos termos do subitem anterior, no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo termo ou da notificação do apostilamento.
- 14.9-** Na hipótese de evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção, a CONTRATANTE exigirá sua regularização ou substituição que deverá ser providenciada pela CONTRATADA no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação.
- 14.10-** Na falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazos previstos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DOS MATERIAIS E DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

- 15.1-** Nos termos do inc. III, § 1º, art. 40 e § 6º, art. 140, da Lei nº 14.133/2021, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá a CONTRATADA, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela sua funcionalidade e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a CONTRATADA ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pelas substituições necessárias.
- 15.2-** Nos termos do inc. III, § 1º, art. 40 e § 6º, art. 140, da Lei nº 14.133/2021, os equipamentos novos e/ou que foram objeto de intervenção nos serviços contratados deverão contar com garantia pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de recebimento definitivo, ficando a CONTRATADA responsável, as suas expensas, pela reparação, correção ou substituição necessárias.

- 15.2.1-** O prazo de garantia por 1 (um) ano está embasado no disposto na norma: ABNT NBR 17170/2022 – Edificações – Garantias – Prazos recomendados e diretrizes; a qual estabelece diretrizes, condições e prazos de garantias, tecnicamente recomendados, bem como, serve para os agentes envolvidos terem conhecimento de suas incumbências perante as garantias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

- 16.1-** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 16.2-** Na penalidade de multa, caso não esteja estipulada nos Anexos deste Contrato, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 16.2.1-** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total do Contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
- 16.2.2-** 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 16.2.3-** 0,5% (cinco décimos por cento), por dia, sobre o valor total do contrato, limitado a 5% (cinco por cento), no caso de atraso injustificado na apresentação, renovação, substituição ou complementação da garantia do contrato;
- 16.2.3.1-** O atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos na apresentação da garantia do contrato poderá acarretar extinção unilateral, sem prejuízo da multa prevista no subitem 16.2.3 e demais cominações legais decorrentes da inexecução total do ajuste.
- 16.2.3.2-** Em caso de atraso injustificado na apresentação da complementação da garantia, a penalidade prevista no subitem 16.2.3 poderá ser ponderada, hipótese em que será observada a proporcionalidade existente entre o valor do contrato pendente de cobertura por garantia e o valor do contrato já garantido.
- 16.2.4-** 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 16.2.5-** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução

total da obrigação assumida.

- 16.2.6-** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de recusa da CONTRATADA em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;
- 16.2.7-** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia ou execução de serviço de garantia em obra.
- 16.3-** A CONTRATADA que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- 16.4-** A CONTRATADA que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará proibido de licitar e contratar, através da Declaração de Inidoneidade, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 16.4.1-** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 16.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 16.4.
- 16.5-** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021.

- 16.6-** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 16.7-** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentar o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 16.8-** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela CONTRATADA, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore.
- 16.9-** As multas previstas neste Contrato poderão ser descontadas de pagamentos, eventualmente devidos pelo CONTRATANTE:
- 16.9.1-** Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será efetuada judicialmente;
- 16.9.2-** As multas não recolhidas e/ou não descontadas dos pagamentos poderão, a critério do CONTRATANTE, ser compensadas com as garantias prestadas no contrato, vedando-se o pagamento com serviços ou produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este contrato poderá ser extinto nos termos dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e terá seu extrato publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS NORMAS

- 19.1-** As partes Contratadas estão sujeitas, além das cláusulas deste contrato, aos termos do Instrumento Convocatório e aos da proposta da CONTRATADA, às normas da Lei

Federal nº 14.133/2021, bem como a toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com a citada lei.

19.2- O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:

19.2.1- A CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 21/2006, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);

19.2.2- A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

19.2.3- A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

19.2.4- A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA declara ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados, o qual passa a fazer parte integrante deste CONTRATO como Anexo VIII.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

NADA MAIS. Lido e achado conforme pelas partes, lavrou-se este Contrato, por todos assinado, atendidas as formalidades legais.

CONTRATANTE:

[REPRESENTANTE DO TRIBUNAL]
[____ cargo do representante____]
(assinado digitalmente)

CONTRATADA:

[REPRESENTANTE DA EMPRESA]
[____ cargo do representante____]
(assinado digitalmente)